

PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

 **DOM BOSCO**
by Pearson

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **Sociologia**

VOLUME

2



PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **Sociologia**

VOLUME

2

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

DOM BOSCO - SISTEMA DE ENSINO
PRÉ-VESTIBULAR SEMIEXTENSIVO 2
Ciências humanas e suas tecnologias.
© 2019 – Pearson Education do Brasil Ltda.

Vice-presidência de Educação	Juliano Melo Costa
Gerência editorial nacional	Alexandre Mattioli
Gerência de produto	Silvana Afonso
Autoria	Stefano Schiavetto Amancio
Coordenação editorial	Luiz Molina Luz
Edição de conteúdo	Curso São Carlos Ltda, Raíssa Cardoso
Assistência de edição	Ana Carolina de Almeida Paulino
Preparação	Adriana Cristina Cardoso
Revisão	Liane Pilon, Luisa Tieppo, Renata Coppolla
Leitura Crítica	Curso São Carlos Ltda.
Gerência de Design	Cleber Figueira Carvalho
Coordenação de Design	Diogo Mecabo
Edição de arte	Débora Lima, Ariane Lima
Coordenação de pesquisa e licenciamento	Maiti Salla
Pesquisa e licenciamento	Cristiane Gameiro, Heraldo Colon, Andrea Bolanho, Maricy Queiroz
Ilustrações	Carla Viana
Projeto Gráfico	Apis Design integrado
Diagramação	Editorial 5
Capa	Apis Design integrado
Imagem de capa	inoby/istock
Produtor multimídia	Cristian Neil Zaramella
PCP	George Baldim, Paulo Campos

Todos os direitos desta publicação reservados à
Pearson Education do Brasil Ltda.

Av. Santa Marina, 1193 - Água Branca
São Paulo, SP – CEP 05036-001
Tel. (11) 4210-4450

www.pearson.com.br

APRESENTAÇÃO

Um bom material didático voltado ao vestibular deve ser maior que um grupo de conteúdos a ser memorizado pelos alunos. A sociedade atual exige que nossos jovens, além de dominar conteúdos aprendidos ao longo da Educação Básica, conheçam a diversidade de contextos sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. Desenvolver as habilidades a fim de obterem autonomia e entenderem criticamente a realidade e os acontecimentos que os cercam são critérios básicos para se ter sucesso no Ensino Superior.

O Enem e os principais vestibulares do país esperam que o aluno, ao final do Ensino Médio, seja capaz de dominar linguagens e seus códigos; construir argumentações consistentes; selecionar, organizar e interpretar dados para enfrentar situações-problema em diferentes áreas do conhecimento; e compreender fenômenos naturais, processos histórico-geográficos e de produção tecnológica.

O Pré-Vestibular do Sistema de Ensino Dom Bosco sempre se destacou no mercado editorial brasileiro como um material didático completo dentro de seu segmento educacional. A nova edição traz novidades, a fim de atender às sugestões apresentadas pelas escolas parceiras que participaram do Construindo Juntos – que é o programa realizado pela área de Educação da Pearson Brasil, para promover a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e a participação dos parceiros no desenvolvimento dos materiais didáticos de suas marcas.

Assim, o Pré-Vestibular Semiextensivo Dom Bosco by Pearson foi elaborado por uma equipe de excelência, respaldada na qualidade acadêmica dos conhecimentos e na prática de sala de aula, abrangendo as quatro áreas de conhecimento com projeto editorial exclusivo e adequado às recentes mudanças educacionais do país.

O novo material envolve temáticas diversas, por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A coleção contempla todos os conteúdos exigidos no Enem e nos vestibulares de todo o país, organizados e estruturados em módulos, com desenvolvimento teórico associado a exemplos e exercícios resolvidos que facilitam a aprendizagem. Soma-se a isso, uma seleção refinada de questões selecionadas, quadro de respostas e roteiro de aula integrado a cada módulo.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

5

ESTADO E POLÍTICA: DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS CONTEMPORÂNEAS E O BRASIL

- O conceito de política
- A concepção clássica de política e suas variações na Idade Média
- A concepção moderna de política
- Estado a partir da Revolução Industrial: capitalismo e liberalismo
- Estado interventor e suas formas
- Estado e democracia na contemporaneidade
- Formação e características do Estado brasileiro
- Cidadania na democracia: atividade política

HABILIDADES

- Compreender as origens do conceito de política e a relevância da atividade política cidadã.
- Compreender o autoritarismo como provocador de desigualdades sociais.
- Compreender o liberalismo e o intervencionismo como formas de organização do Estado e da sociedade.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

O conceito de política surgiu na Grécia Antiga como uma forma de organização social que dependia da participação ativa e constante de todos os cidadãos para, principalmente, definir os rumos da vida em sociedade. Ao longo da história, esse conceito sofreu variações: na Idade Média, era atrelado à religião católica e, na Idade Moderna, centralizado na figura dos monarcas. Tanto em um período como no outro, nenhum cidadão tinha direito ao livre pensamento e a protestar contra as decisões governamentais sobre a vida em sociedade.

Nos séculos XIX e XX, com o Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, o cenário político transformou-se novamente. A ideia de cidadania universalizou-se e buscou romper com os privilégios que, na definição dos rumos da sociedade, favorecem grupos sociais em detrimento de outros. Esse progresso, vale ressaltar, aconteceu apesar de ainda existir escravidão, negação de igualdade entre homens e mulheres e diversas outras desigualdades. Ainda assim, é nesse período em que o Estado democrático avança na universalização da cidadania para mais grupos sociais. E, ao mesmo tempo, é quando se levanta a questão sobre o quanto ele deve interferir na economia.

As diferentes concepções de Estado que surgem a partir disso permitem compreender melhor as bases da nossa política atual.

O conceito de política

Por **política**, o conceito-chave deste módulo, devemos compreender a ação de intervenção no mundo e de compreensão e alteração dele por meio da cidadania ativa. Trata-se de um conceito maior do que a representatividade governamental obtida por meio do voto no período eleitoral, porque convoca cada pessoa a cumprir com o seu compromisso e a sua responsabilidade perante o lugar onde vive. Agir no mundo de modo consciente e solidário é, portanto, o que fundamenta a política.

A concepção clássica de política e suas variações na Idade Média

O desinteresse político seria impensável no século V a.C., em Atenas, onde os cidadãos consideravam o exercício da cidadania um dever rotineiro e a própria política um fundamento da condição humana. O espaço público, a *ágora*, era o coração da *pólis*, a cidade-Estado. Esta palavra deu origem ao termo "política", cujo significado, atualmente, fundamenta-se no conceito clássico ateniense.

O conceito clássico de política foi referência para a Roma Antiga, que também contribuiu para a atual conceituação do termo. Nesse período, tanto a representatividade governamental como a ação do Estado voltada para o povo ganharam espaço na denominada *República* ("coisa pública"), que passou a ser composta pelos representantes do povo e das elites. Com isso, os protestos tornaram-se mais frequentes naquela sociedade.

Já durante a Idade Média, após a dissolução do Império Romano e a fragmentação do poder em feudos, ducados e principados, de início amplamente influenciados pela Igreja Católica, a configuração do Estado e o exercício do poder político eram bastante diferentes. Nos feudos, predominava a relação de suserania e vassalagem. Em contrapartida, entre nobres e camponeses havia ampla verticalidade: o campe-

sino sujeitava-se ao pagamento de tributos em troca de proteção e da possibilidade de trabalhar nas terras do senhor feudal.

Ao longo da Idade Média, houve progressiva centralização do poder político na figura do rei, inclusive nas áreas em que predominavam os senhores feudais. Essa centralização do poder real teve forte influência das Cruzadas e da reabertura comercial no Mar Mediterrâneo, no século XIII, que favoreceu a formação de uma nova classe social: a burguesia. Posteriormente, ela se enriqueceu a ponto de adquirir poder econômico suficiente para financiar tal centralização do poder real e, com isso, conquistar o poder político. De fato, desde o fim da Idade Média até os dias atuais, a burguesia (detentora do capital industrial, comercial e financeiro) foi a principal influenciadora da política.

A concepção moderna de política

A Idade Moderna, sequente à Idade Média, foi marcada pela extensa produção intelectual sobre o conceito de política e de Estado. Enquanto, de um lado, uns favoreciam o poder absoluto na figura de reis e príncipes, outros, de outro lado, dissertavam sobre a necessidade de uma organização política republicana e democrática.

MAQUIAVEL: A POLÍTICA COM VALOR EM SI MESMA



PALACIO VECCHIO, FLORENÇA, TOSCANA, ITALIA

Retrato de Nicolau Maquiavel, de Santi di Tito (1536-1603). Óleo sobre madeira, 104 cm x 85 cm.

Ao longo de sua vida, Nicolau Maquiavel (1469-1527) ocupou cargos a serviço de sua cidade natal, Florença, atuando nas relações públicas e militares entre a sua cidade e as demais, como Roma, Veneza e o Vaticano.

Ele viveu durante a ascensão do Renascimento italiano, período de renovação artística, política e econômica em relação à Idade Média e, com isso, acompanhou Leonardo da Vinci e Michelangelo, no campo das artes; César Bórgia, no campo político e militar; o papa católico Alexandre VI, pai de César Bórgia, e o protestante Martinho Lutero, no campo religioso. Ao viver nesse contexto, Maquiavel, com suas notórias habilidades de observação, estudo, análise e escrita, produziu a obra *O Príncipe*, publicada em 1532, na qual faz uma síntese sobre o que havia levado governantes ao sucesso e ao fracasso na administração de seus Estados, ou seja, na política – entendida enquanto a administração do poder estatal com objetivo de manter a paz e também o poder centralizado nas mãos do governante.

A interpretação maquiavélica rompeu com a tradição católica medieval, que entendia a política como uma prática virtuosa exercida pelo governante em prol de seus súditos, o que dava ao governante um caráter benevolente e protetor, muito distante da realidade histórica marcada por conflitos de terras, religiosos, entre outros. Assim, Maquiavel afastou a religião da política, assinalando esses dois campos como díspares. Para ele, a política deveria ter um fim em si mesma e não ser subordinada a valores externos, como a religião. A partir disso, configurou-se o que se entende hoje por Estado laico, modelo de organização e de disputa política moderno.

Em sua obra, Maquiavel não faz uma defesa pessoal da necessidade da imoralidade para o exercício da política. Na verdade, ele analisa as relações entre moral e política, mostrando que o sucesso de um governante se dá quando ele se utiliza da imoralidade nos momentos em que ela é de fato necessária:

Há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz pelo que deveria se fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 7.

Sua intenção é revelada quando afirma: “parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas” (Idem, *ibidem*, p. 73).

O autor definiu **fortuna** como o contexto socio-histórico que deve ser compreendido e respeitado; e *virtù* como as qualidades políticas exigidas para se manter o poder, desde que quem o detenha seja destemido e astuto para compreender as necessidades impostas pela fortuna, usando até mesmo a imoralidade quando necessário.

É principalmente nesse aspecto que a concepção política de Maquiavel se distanciou da concepção católico-cristã até então predominante. Com isso, ele abriu caminho para um decisivo processo político que

se arrastou por todo o período moderno e consolidou-se apenas a partir do século XIX: a secularização do Estado ou, como já foi mencionado, a separação entre as esferas religiosa e política, que se tornariam independentes.

Estado a partir da Revolução Industrial: capitalismo e liberalismo

O Estado laico tem sua origem diretamente atrelada à Revolução Industrial e ao liberalismo, tendo incorporado o **Estado liberal**, cujas bases ideológicas se sustentam nas ideias de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790).

Apesar de o termo “liberal” remeter à ideia de liberdade, é preciso compreendê-lo em oposição ao Estado absolutista e em convergência à concepção ideológica da elite econômica dominante do período, composta por industriais, financistas e grandes comerciantes. Segundo eles, o rei e o excessivo intervencionismo do Estado nos negócios particulares vinham trazendo transtornos para eles. Liberalismo, portanto, refere-se à liberdade de mercado, com a qual os agentes econômicos – consumidores e produtores – podem encontrar-se e negociar as condições mais vantajosas para ambos sem impedimentos. A ausência do Estado nesse cenário reforça a naturalização dessas relações, de modo a acarretar consequências relevantes para a esfera política.

Na visão de Adam Smith, o Estado deveria ter a função exclusiva de participar dos setores de segurança, controlando as forças de coerção e as áreas de educação e saúde. No primeiro caso, para garantir as liberdades individuais e a ordem social; nos outros dois, para assegurar iguais condições de concorrência aos indivíduos, princípio essencial do liberalismo.

Estado interventor e suas formas

Esse modelo ideal de Estado não resistiu ao avanço histórico. No século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, e, principalmente, no século XX, após a crise de 1929, os Estados nacionais passaram a exercer maior controle sobre a esfera econômica, a fim de garantir vantagens na competição com outras nações industrializadas. Com isso, ficaram conhecidos como **Estados interventores**, em oposição aos Estados liberais.

O início do século XX foi marcado por episódios turbulentos no campo político e econômico, como a Primeira Guerra Mundial e a Crise Econômica de 1929, também chamada de Grande Depressão. Surgiu, então, a necessidade de mudanças globais para enfrentar a recessão decorrente desses dois acontecimentos. Afinal, o Estado liberal, com sua política de não intervenção e sua crença na autorregulação do mercado, não dispunha de mecanismos para superar o desemprego

generalizado e a falência de empresas em decorrência da especulação financeira desenfreada.

A crise começou a ser superada a partir da interferência do então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), que passou a defender um Estado mais atuante e combativo aos efeitos da crise. O programa de Roosevelt para enfrentar a crise foi chamado de *New Deal*, cujas bases eram claramente inspiradas no keynesianismo, pregando o incentivo à demanda como forma de superar a recessão econômico-financeira. Dentro dessa proposta, o Estado deveria promover uma intervenção no mercado até que ele adquirisse condições de autorregulação. Esse modelo ficou conhecido como **Estado regulador**. Em consequência da Crise de 1929, surgiram diversos tipos de Estado interventor, particularmente na Europa e na América do Sul.

Nesse contexto, John Maynard Keynes (1883-1946), do Reino Unido, elaborou um conjunto de teorias econômicas e medidas práticas que foram amplamente adotadas durante o século XX. Em síntese, ele defendia que os países em crise deveriam ter um Estado interventor na economia, especialmente na criação de empregos por meio de obras e investimentos públicos em geral. O livre mercado teria de ceder para que o Estado resolvesse o amplo problema do desemprego. Além disso, deveria reduzir a taxa de juros para incentivar o consumo e conter a inflação.

O modelo europeu ficou conhecido como **Estado totalitário** (ou totalitarismo), cujos exemplos mais comuns vêm da Alemanha de Adolf Hitler, da Itália de Benito Mussolini e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de Josef Stalin, cada qual com suas especificidades e seus pontos em comum. Nesse modelo, o Estado controla plenamente a sociedade e suas atividades econômicas, impedindo e desqualificando a disseminação tanto de ideias contrárias à atuação do Estado como de qualquer forma de atuação isolada. Nesse caso, considera-se que o Estado é forte apenas quando a população permanece unida sob a mesma bandeira.

Sob a denominação de **populista**, o modelo de Estado regulador na América Latina teve grande sustentação em países como Brasil, Argentina e México. Sua força está no líder carismático a quem a população dá apoio, graças a práticas de distribuição de benefícios e de melhorias trabalhistas, num quadro de desenvolvimento urbano-industrial. As vantagens desse modelo associam-se principalmente ao uso de aparelhos de infraestrutura do governante em favor das políticas de industrialização. Isso provocou modificações sensíveis no jogo político, criando oportunidade para a atuação de grupos sociais descontentes com o não atendimento de algumas demandas e permitindo a conspiração de grupos que constituíam as elites.

CRISE E CRÍTICAS AO ESTADO INTERVENTOR

O Estado de bem-estar social foi amplamente criticado pela elite econômica em razão de limitar seus investimentos e crescimentos privados. Entretanto, essa

elite não propunha a volta ao liberalismo, que, como foi mencionado, atribuía ao Estado a função de promover a saúde, a educação e a segurança. Essa elite, denominada **neoliberal**, passou a exigir que o Estado permitisse o investimento privado também nesses campos. Vários países, inclusive o Brasil, passaram a conhecer, a partir da década de 1980, uma ampliação maciça de escolas, faculdades, institutos de ensino e convênios médicos e odontológicos particulares. A iniciativa privada retorna, portanto, exigindo o **Estado mínimo**.

Os neoliberais, críticos do intervencionismo, alegaram que era necessário diminuir a máquina estatal e abrir mais espaço para a iniciativa privada a fim de permitir a livre concorrência, desburocratizar e tornar mais dinâmicas as relações comerciais e, enfim, evitar o desequilíbrio das contas públicas.

O novo modelo de Estado neoliberal foi inicialmente introduzido por Ronald Reagan (1911-2004) e Margaret Thatcher (1925-2013), presidente dos Estados Unidos e primeira-ministra da Inglaterra, respectivamente.

ESTADO, DEMOCRACIA E POLIARQUIA

Tradicionalmente, a democracia tende a ser caracterizada pelos cientistas políticos segundo dois modelos: o dos antigos (fazendo referência ao modelo grego da Antiguidade) e o dos modernos (inaugurada com a formação da nação norte-americana ao final do século XVIII). Apesar de pregarem a participação política dos cidadãos na tomada de decisões do Estado, ambos possuem diferenças entre si.

A **democracia direta** dos antigos caracteriza-se pela atuação direta dos cidadãos nas decisões que envolvem o espaço público. Como todos buscam o bem comum, há um princípio de igualdade entre eles que se manifesta na aplicação das decisões coletivas, sempre mediante sorteio para preservar a igualdade. Essa realidade só é possível se o número de cidadãos for restrito, o que torna a democracia excludente.

Por sua vez, a **democracia representativa** dos modernos subsiste numa sociedade de massa, cujo número de cidadãos inviabiliza a participação direta. A participação ocorre, então, por meio da representação, ou seja, por meio de cidadãos que atuarão na defesa dos valores e das reivindicações de quem os escolheu como representantes. Com clara influência dos ideais iluministas, esse modelo defende a liberdade como valor essencial e não propriamente a igualdade entre as pessoas.

Estado e democracia na contemporaneidade

Nota-se uma clara distinção entre as primeiras democracias modernas e as mais recentes, nas quais se observa a existência de um regime estruturado que estabelece meios de comunicação entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, tem o direito de participar ativamente das decisões tomadas pelo Estado. Entretanto, essa realidade

alicerçada em uma sociedade de princípios liberais gera a contradição conhecida por **apatia política**, em que os cidadãos deixam de participar das decisões políticas para dedicarem-se à vida pessoal. Isso abre espaço para que grupos políticos organizados tomem o controle do Estado, podendo alterar as regras democráticas ou, sem a devida fiscalização e um acompanhamento da sociedade civil, usar recursos públicos para satisfazer a interesses particulares, o que fere os princípios democráticos.



Edifício do Congresso Nacional, em Brasília. O Congresso Nacional é composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ele reúne políticos eleitos pelo voto direto e, portanto, agrega representantes populares. A apatia política pode favorecer a eleição de representantes individualistas, patrimonialistas e de pouco comprometimento com a população. O pleno funcionamento da democracia depende da atividade popular e cidadã tanto nas eleições como no envolvimento com partidos políticos, movimentos sociais e manifestações públicas.

Outro elemento que ameaça as democracias maduras é a lentidão do processo democrático, que exige a discussão e a deliberação dos projetos em pauta para que se possa implantá-los somente depois de esgotados todos os ângulos do debate. A demora pode gerar sérios problemas, atrasando, por exemplo, a construção de obras importantes para o desenvolvimento de uma cidade ou a aprovação de medidas necessárias para combater práticas ilegais, como a corrupção.

Muitas das democracias mais recentes são marcadas pela inexistência ou a precariedade de meios de comunicação entre o Estado e a sociedade civil. Isso se deve principalmente pela incapacidade de alguns Estados de manterem o modelo democrático por um longo período. Com isso, é comum que se impeça a promoção de uma educação cidadã ou ainda que se interrompa a democracia por efeito de golpes e pela instauração de regimes autoritários. Por sua vez, a descontinuidade democrática dificulta a implantação e a consolidação dos valores desse sistema, que são necessários à conscientização e à participação popular.

Formação e características do Estado brasileiro

A construção do Estado brasileiro é um processo que remonta à vinda da família real portuguesa para o Brasil,

fugida da iminente guerra contra Napoleão Bonaparte, em 1808. D. João VI reestruturou a colônia brasileira para adaptá-la a seu novo papel: ser o centro de decisões do império português. O Rio de Janeiro foi, na ocasião, especialmente reorganizado: politicamente, para administrar o Brasil e Portugal; cultural e arquitetonicamente, para fornecer a qualidade de vida demandada pela família real; e, enfim, socialmente, estabelecendo privilégios para a elite e agravando a desigualdade social para aqueles que foram removidos das áreas urbanas para as periféricas.

PATRIMONIALISMO E CORRUPÇÃO

Antes da chegada da família real portuguesa à colônia, o Brasil era composto por estruturas políticas descentralizadas, amplamente marcadas por coronelismos locais. O espírito do novo Estado era o de favorecer os portugueses residentes no Brasil e de reerguer Portugal, que enfrentava uma crise agravada por Napoleão. Nota-se, portanto, que não houve a criação de um Estado e de uma cultura política voltados para o bem-estar do povo residente no território brasileiro, mas de um Estado ocupado por uma elite que só atuava a favor dela própria. Essa cultura e o coronelismo, que já era praticado no país, marcam o histórico **patrimonialismo** brasileiro – o uso do Estado e dos recursos públicos para favorecimento de interesses privados.

Essa prática se manteve após a proclamação da República, em 1889, quando coronéis exigiam votos de seus trabalhadores para poderem ocupar cargos políticos e, também, quando São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no poder na política do “café com leite”.

No governo de Getúlio Vargas, a partir de 1932, houve uma modernização do Estado por meio da criação de concursos para a ocupação cargos públicos, o que tornou a máquina estatal mais impessoal e voltada para o desenvolvimento nacional. Essas mudanças enfraqueceram o poder das oligarquias rurais e o Estado “café com leite”.

Esse período foi marcado por amplo populismo, sobretudo na figura de Getúlio Vargas. Em 1937, ele estabeleceu o Estado Novo, com ampla concentração do poder no Executivo e forte utilização de recursos estatais para silenciar opositores por meio da violência. Nota-se que o Estado, mesmo com uma máquina mais impessoal, continuou a ser patrimonialista e a favorecer interesses particulares – dessa vez, da elite varguista, que desejava implantar seu projeto de nação de maneira antidemocrática.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil viveu um período constitucional até 1964. Essa fase foi marcada por intensas disputas políticas, pela elaboração de uma democracia constitucional, pela ampla abertura do Estado para a iniciativa privada estrangeira (no governo de Juscelino Kubitschek) e, ainda, pela ampla adesão popular a Getúlio Vargas, que foi eleito em 1951 e cometeu suicídio em 1954.

Uma nova mudança estatal ocorreu em 1964, quando os militares interrompem, à força, o mandato do presidente eleito, João Goulart. O regime militar brasileiro (1964-1985) também é marcado por extensa corrupção, seja na nomeação de cargos ou no desvio de dinheiro público.

Finalmente, o Estado brasileiro conhece seu período mais democrático a partir de 1988, quando movimentos sociais e políticos eleitos por diversas siglas e ideologias discutem e redigem a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Entretanto, o regime democrático brasileiro pós-1988 também é repleto de escândalos de favorecimento de cargos políticos, lavagens de dinheiro e compras de votos.

Enfim, o patrimonialismo, essa cultura que remonta à colonização, é intensificado com a criação do aparato estatal no Rio de Janeiro em 1808, resiste à independência e à república e está presente no país até a atualidade.

O conceito de cidadania

Por **cidadania**, podemos compreender o conjunto de direitos e de deveres do indivíduo perante a sociedade. Entretanto, ela não se encerra enquanto um conceito, pois se define pelas ações de participação política dos cidadãos. Em outras palavras, a cidadania deve ser ativa e não passiva. Por exemplo, a análise das desigualdades sociais e a luta pelas suas extinções fazem parte da cidadania. Desse modo, ela vai muito além de votar em representantes e aguardar as ações deles. As democracias contemporâneas consideradas maduras já reconhecem a legitimidade dos movimentos sociais, apesar dos constantes confrontos entre manifestantes e forças policiais que demonstram, em muitas situações, tentativas de silenciar as manifestações populares.

O sociólogo T. H. Marshall (1775-1835), uma das principais referências para o estudo do conceito de cidadania, divide-a numa composição de três formas de direitos: civis, políticos e sociais. Essa divisão advém de sua análise sobre o processo de construção da cidadania ao longo da história, sobretudo na Inglaterra.

Em um primeiro momento da história, teóricos e movimentos sociais lutaram pelos **direitos civis**, que consistem nas liberdades individuais. São direitos civis, por exemplo, ir e vir, expressar-se livremente, adquirir propriedade privada, ter acesso à justiça e ser igual a todos os cidadãos perante a lei.

Em meio a essas conquistas, iniciaram-se movimentos teóricos e sociais pelos **direitos políticos**. Fundamentalmente, eles consistem em poder votar e ser votado, mas também no exercício da atividade política por meio de protestos, manifestações, petições públicas e demais formas de participação na orientação do Estado e da política.

Os **direitos sociais**, mais recentes, consistem na garantia, por parte do Estado, de um bem-estar econômico mínimo a todos os cidadãos. Compreendem, por exemplo, o direito ao salário mínimo; à aposentadoria pública; ao décimo terceiro salário; à educação e saúde públicas; ao atendimento preferencial; além de políticas de promoção da igualdade entre pessoas negras e brancas, entre homens e mulheres, entre outras.

PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos, que existem desde a Antiguidade clássica – mas não como instituições de direito privado, tal qual conhecemos hoje – contam com uma estrutura para servir de ponte de comunicação entre a sociedade e o Estado. Os partidos nascem com o intuito de atender às reivindicações de uma sociedade complexa, que adota o expediente eleitoral para disputar o controle do Estado e de cargos da esfera pública. Esses partidos têm de se adaptar às regras do jogo democrático para conquistar o eleitor e, assim, obter ganhos concernentes ao controle do Estado nacional e dos cargos político-administrativos.

Com o crescimento e a diversificação da sociedade, as disputas entre partidos políticos resulta, muitas vezes, no rompimento do modelo democrático. Isso ocorre porque muitos deles tendem a afastar-se das respectivas bases, produzindo discursos que se adaptam à maioria dos eleitores, sem representá-los de fato. Além disso, possuem uma estrutura partidária composta por elites que controlam a sigla partidária, buscando exercer o poder para servir a demandas privadas. Nessa situação, diante do impedimento da formação de novos líderes e do rodízio democrático necessário à consolidação de uma sociedade mais plural e democrática, surge o risco do fortalecimento do totalitarismo ou do autoritarismo.

MOVIMENTOS SOCIAIS - ORIGEM OPERÁRIA

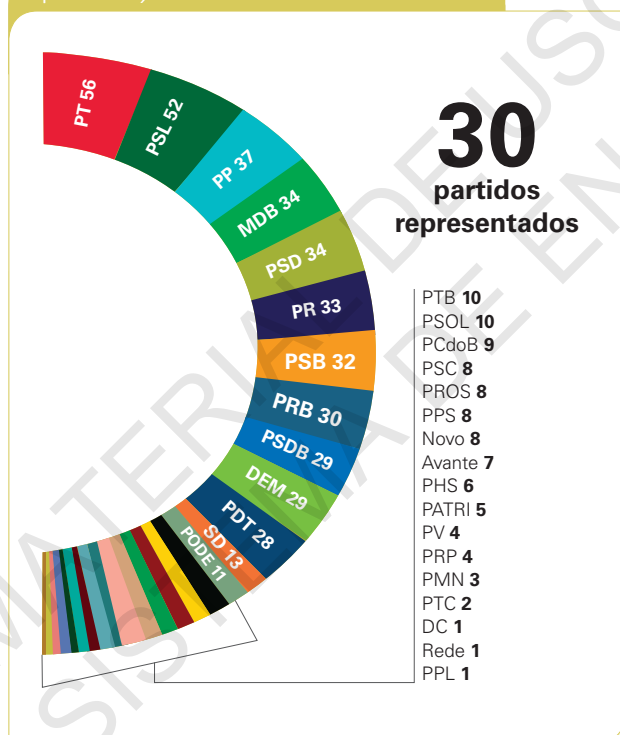
Os movimentos sociais nasceram na Europa como uma reação às revoluções industriais das nações europeias durante os séculos XVIII e XIX. Num primeiro momento, a classe operária ficou plenamente envolvida pela dinâmica capitalista, tornando-se refém das situações de desequilíbrio econômico que produziram transformações sociais e ampliaram a pauperização das populações urbanas. A entrada de camponeses nos centros urbanos gerou um gigantesco exército industrial de reserva e dificultou, a princípio, qualquer forma de organização coletiva diante da existência de poucas vagas de trabalho. Assim, o êxodo rural e o processo de urbanização estavam intimamente vinculados à industrialização que se firmava.

Apenas com a maior dinamização da economia capitalista no século XIX, acompanhada de uma maior organização coletiva do operariado, é que houve avanços no âmbito dos movimentos sociais, permitindo que os operários se estruturassem na luta por direitos trabalhistas diante da classe patronal. Para tanto, os trabalhadores utilizaram instrumentos como greve (paralisação temporária de parte ou do total das atividades), passeatas, piquetes, distribuição de panfletos e publicação de jornais. É importante ressaltar que essas manifestações são permitidas e regulamentadas por leis, o que as caracteriza como um direito.

As conquistas na esfera do trabalho tornaram-se realidade quando os operários conseguiram unir-se para enfrentar o patronato, o que ocorreu com o surgimento dos **sindicatos**. O objetivo principal é assegurar os direitos dos trabalhadores frente aos patrões (privados ou o próprio Estado), evitando abusos ou descumprimento dos direitos trabalhistas.

No Brasil, as primeiras formas de organização dos operários, voltadas ao atendimento direto de suas necessidades, aparecem no final do século XIX, efetivando-se como sindicatos no início do século XX.

Distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados após as eleições de 2018



CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. *GI*, São Paulo, out. 2018. Adaptado.

O infográfico mostra a distribuição dos partidos políticos com representantes eleitos em 2018. O Brasil é reconhecido pelo seu pluripartidarismo no Congresso Nacional, um símbolo da agregação de ideologias distintas na composição política. Entretanto, vários partidos colgam-se e, como muitas vezes é noticiado, envolvem-se em escândalos de corrupção e de troca de favores. O descompromisso com a sigla e com ideais partidários impede a plena democracia no país.

MOVIMENTOS SOCIAIS - CAUSAS PÓS-OPERÁRIAS

O século XX foi marcado pela expansão de movimentos sociais não restritos à causa operária. Isso se deu não por causa de uma retração da expansão capitalista, mas devido ao desejo de uma massa de pessoas de se afirmar no campo cultural e combater o preconceito e a discriminação. Nesse cenário, novos movimentos sociais trouxeram demandas urgentes que iam além da relação entre patrões e trabalhadores. Por exemplo, surgiram: mobilizações em prol da afirmação da população negra e das mulheres como membros efetivos da sociedade; movimentos que questionaram os valores familiares e sociais em voga nos anos 1960; lutas a favor da preservação do meio ambiente; e reivindicações em defesa da igualdade entre heterossexuais e pessoas do grupo LGBT.

Esses movimentos eclodiram primeiro em nações marcadas por uma maior organização política e social, em que a democracia havia se instalado de forma mais incisiva. Destaca-se aqui o fortalecimento dos movimentos negro e feminista nos Estados Unidos, um dos principais alicerces da luta por direitos civis em meados do século XX.

Nos anos de 1960, os movimentos estudantil e *hippie* levantaram bandeiras que também dialogavam com o feminismo. O avanço nas pesquisas científicas trouxe métodos contraceptivos eficientes, dando às mulheres maior liberdade de escolha em relação à maternidade e levando a juventude a romper com padrões sociais de comportamento. De acordo com Stuart Hall (1932-2014), o cenário político e econômico mundial daquela década possibilitou novas perspectivas ideológicas e culturais, principalmente em torno da propagação de novos sujeitos. Segundo o autor, tal processo é decorrente da transição da identidade de classe para a de grupo, norteadas pelos recentes movimentos sociais.

É importante ressaltar como as novas tecnologias exerceram, e ainda exercem, um papel determinante na formação e solidificação de movimentos sociais mais recentes. No Brasil, pode-se dizer que as redes sociais e a *internet* foram decisivas para as grandes mobilizações de rua que vêm ocorrendo desde junho de 2013.



JOSE CHUZI/ABR

Em 17 de junho de 2013, ocupando a área externa do prédio do Congresso Nacional, manifestantes protestaram contra a corrupção e em defesa de melhorias na sociedade, principalmente nas áreas de transporte, saúde e educação.

CIDADANIA NO BRASIL ATUAL (PÓS-1988)

A redemocratização dos anos de 1980 introduziu uma nova realidade na sociedade brasileira: ela se deparou com o desafio da participação política. Os avanços propostos pela Constituição de 1988 são promissores, mas exigem cuidados quanto às suas pretensões. Passados mais de vinte anos de sua implantação, a sociedade brasileira, de certa forma, ainda se encontra distante do modelo ideal.

Em geral, a enorme concentração de renda no Brasil é considerada pelos acadêmicos como um dos fatores responsáveis pela lentidão no exercício da cidadania. A diferença entre ricos e pobres é imensa, levando as pessoas a terem percepções distintas do conceito de cidadania.

Embora a efetivação da implantação da cidadania dependa do princípio de igualdade nas ações sociais, dentro da realidade política brasileira, há um distanciamento entre a classe política e os interesses da sociedade, além da incapacidade do cidadão de se reconhecer como parte do Estado, dada a ineficiência de seus mecanismos de representação. Há ainda a permanência de práticas políticas oligárquicas que transformam interesses privados em públicos. Tudo isso prejudica a existência da cidadania plena no país.

ROTEIRO DE AULA

ESTADO E POLÍTICA

Política clássica

Segundo a filosofia grega, a política é uma das características que definem a humanidade. Consiste na expressão, no debate e na atitude de decidir e de guiar os rumos da sociedade. A negação da política significaria ter uma vida passiva, direcionada por terceiros, o que impede a liberdade.

Política moderna

Maquiavel

Segundo a filosofia moderna de Maquiavel, a política deve ter um fim em si mesma. Governar significa beneficiar a vida pública, de modo independente da religião. A política não ser subordinada a valores externos, como a religião, e o regente deve valer-se de suas virtudes para implantar as ações necessárias à estabilidade do Estado e ao bem-estar do povo.

Liberalismo e neoliberalismo

Numa definição ampla e contemporânea, defende que o Estado deve zelar pela boa qualidade de vida de sua população, inclusive via processos democráticos e com o respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, o Estado não deve interferir na economia, permitindo a livre ação da propriedade privada. O neoliberalismo, mais radical na ideia de Estado mínimo, defende a privatização, inclusive, da saúde e da educação, além da redução de direitos trabalhistas.

ROTEIRO DE AULA

Estado de bem-estar social

Defende que o Estado deve interferir na economia. Sua origem remonta às crises do Estado liberal, especialmente no âmbito do desemprego, e à crise econômica, provocados pela Primeira Guerra Mundial e pela Crise de 1929. Nesse regime político, o Estado deve criar empregos em obras e investimentos públicos e promover os produtos nacionais em detrimento dos estrangeiros. Além disso, foi marcado pela criação de leis trabalhistas que regulavam a relação entre a iniciativa privada e os trabalhadores. A partir da década de 1980, progressivamente perdeu espaço para o neoliberalismo.

Estado democrático contemporâneo

- Comporta a democracia representativa (com eleições para representantes públicos) e a democracia direta (com participação direta da população nas decisões dos rumos da sociedade);
- Possui a separação entre os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário);
- Possui mecanismos para permitir a cidadania ativa (participação política dos cidadãos);
- Salvaguarda os direitos civis, políticos e sociais da população.

Patrimonialismo

Ato de se valer dos cargos públicos para obtenção de benefícios privados. O nepotismo e a corrupção, por exemplo, são comuns ao longo da história do Brasil, existindo desde a colonização até o Estado democrático contemporâneo.

ROTEIRO DE AULA

Cidadania

Conceito que se define pelas ações de participação política dos cidadãos e cidadãs e que é, portanto, ativa e não passiva. Reúne os direitos e deveres do indivíduo perante a sociedade.

Direitos civis

Referem-se à liberdade de pensamento e de expressão, de ir e vir (deslocamento nacional), de recorrer à justiça, de ter propriedade privada e de ser tratado pela lei sem discriminações por cor, gênero, orientação sexual, classe social ou origem.

Direitos políticos

Envolvem o direito de votar, de candidatar-se para cargos públicos, de protestar e de associar-se a movimentos sociais.

Direitos sociais

Reúnem os direitos necessários para se atingir uma boa qualidade de vida, como saúde, educação e aposentadoria. Além disso, referem-se às medidas necessárias para se combater discriminações.

Partidos políticos e movimentos sociais

Semelhanças

Ambos são meios de participação ativa da população na política e têm, em suas origens, causas da ordem capital/trabalho. Atualmente, atuam também em questões de ordem cultural e social, como a igualdade racial e de gênero, os direitos da comunidade LGBT e os movimentos por moradias.

Diferenças

Enquanto os partidos políticos são organizações institucionalizadas, que participam da eleição de representantes políticos que atuarão, por exemplo, na proposição de políticas públicas e leis, os movimentos sociais são organizações, em geral da sociedade civil, que objetivam reivindicar direitos perante o Estado.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UEG-GO – Um debate bastante comum na sociedade brasileira atual é sobre questões políticas como “liberalismo”, “marxismo”, “comunismo” e termos correlatos. No entanto, numa análise atenta, o que se percebe é que existe uma profunda confusão conceitual, de acordo com a qual se atribui “comunismo” ou “marxismo” a ideias e práticas bem distintas do que realmente foi defendido por seus adeptos. Nesse sentido, é preciso explicitar as reais diferenças entre liberalismo e marxismo. A partir desse objetivo, constata-se que o liberalismo

- a) propõe uma sociedade com um estado protetor e intervencionista, sendo uma mão invisível que controla o mercado, tal como coloca Adam Smith; e o marxismo defende um Estado governado pelo mercado e submetido ao controle dos trabalhadores.
- b) tem como fundamento uma filosofia da liberdade, na qual estaria garantida a liberdade de expressão, de opinião e de ir e vir, ao passo que o marxismo é uma sociologia da liberdade, na qual os trabalhadores devem ter acesso ao mercado de consumo para se libertarem.
- c) prega o individualismo e a liberdade individual absoluta, não admitindo intervenção estatal a não ser no combate à criminalidade, como afirma Montesquieu; e o marxismo propõe uma estatização total da economia e da sociedade civil.
- d) é uma concepção que visa à defesa da propriedade privada e do indivíduo com menor presença do Estado, tal como se observa na obra de John Locke; e o marxismo é uma concepção que defende a abolição, tanto da propriedade privada quanto do Estado.

O liberalismo defende um Estado pouco interventor, direcionado apenas para garantir saúde, educação e segurança. Defende, portanto, que a iniciativa privada possa ser livre para investir nas demais áreas. O marxismo defende o fim da propriedade privada e da sociedade dividida entre classes sociais.

2. Unioeste-PR – O período conhecido entre a Reforma e a Revolução Francesa foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas na Europa no final da Idade Média. Foi nesse período que o controle político exercido por uma aristocracia, cujo poder derivava da posse de terras, passou a ser compartilhado por grupos que possuíam influência social, tais como mercadores, banqueiros, donos de fábricas e até mesmo guerreiros que pregavam a iniciativa individual. Tal período marca o surgimento do Liberalismo, que expressava as novas condições políticas e econômicas na Europa. Sobre o Liberalismo e sua filosofia, é CORRETO afirmar:

- a) O Liberalismo é conhecido pela iniciativa privada e pelo controle social exercido pelos aristocratas proprietários de terras por meio do Estado.
- b) O Liberalismo permitiu que a Igreja aumentasse seu domínio sobre os hábitos e a cultura e mantivesse o domínio religioso na base das relações sociais.
- c) O Liberalismo criou entraves que dificultavam o direito de reivindicar e de acumular propriedades, pois pregava a igualdade social e a distribuição das riquezas.
- d) O corpo doutrinário do Liberalismo tem relação com a liberdade, mas suas conquistas não atingiram todas as classes sociais, limitando-se às classes mais abastadas.
- e) O surgimento do Liberalismo coincidiu com um longo período de estagnação tecnológica, que redundou na diminuição da população e no aumento do analfabetismo entre os mais pobres.

O liberalismo, em sua teoria clássica, defende um Estado pouco interventor, limitado à atuação na educação, na saúde e na segurança pública, e a liberdade da iniciativa privada para investir nos demais setores. Historicamente, o liberalismo favoreceu as classes mais ricas, dominantes, por permitir seus investimentos sem a interferência do Estado como regulador. Ao mesmo tempo, as classes menos favorecidas sofreram com o acirramento da desigualdade social, pelo fato de o liberalismo ter mostrado ampliação da concentração de renda por banqueiros, industriais e grandes comerciantes.

3. Unioeste-PR – A partir da reflexão sugerida pelo poema de Bertolt Brecht, “O Analfabeto Político”,

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nascem a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.”

é CORRETO afirmar que

- a) o desinteresse pela política tem consequências econômicas e sociais que afetam todas as pessoas: tanto as que participam ativamente da política como aquelas que se abstêm.
- b) todas as pessoas deveriam participar diretamente da política institucional: quer dizer, se candidatar a algum cargo eletivo, já que vivemos em uma democracia participativa.
- c) Brecht sugere que as pessoas analfabetas não se interessam por política e por isso são culpadas pelo surgimento de problemas sociais, como prostituição, corrupção e altos preços de alimentos.
- d) a política é, como mostra Brecht, uma atividade altamente especializada que deve ser exercida apenas por profissionais – sobretudo economistas, que conseguirão tomar as melhores decisões.
- e) o envolvimento de pessoas analfabetas na política – que podem votar e se candidatar a cargos eletivos – é o responsável pela situação crítica que enfrentamos e pela corrupção.

O desinteresse pela política implica na não participação nas mudanças necessárias ao ambiente onde se vive. Com isso, podem perpetuar-se desigualdades e ocorrerem mudanças que impedem a melhoria da qualidade de vida. A cidadania ativa consiste na atuação política, a qual pode ser feita pelo voto, pela candidatura, pelos movimentos sociais ou por intermédio de ações para mudar as situações cotidianas que geram desigualdades.

4. UFU-MG – Um jornalista apresentava a seguinte análise da conjuntura da política brasileira ao fim do ano de 2016:

Se compreendermos o fascismo como o culto a um Estado autoritário, que prega a eliminação a qualquer custo dos adversários e ignora os direitos individuais, então, o Brasil vive um preocupante flerte com essa perigosa forma de governar. Os Três Poderes vêm dando mostras suficientes de rompimento com as regras básicas da democracia e, pouco a pouco, vai se instaurando um clima de violência política que nos empurra para um impasse somente visto nesse país quando estivemos sob o regime de exceção das ditaduras civis e militares.

(RUFATTO, Luiz. O fascismo bate à porta. *El país*, 28 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elepais.com/brasil/2016/09/28/opinion/1475087691_605153.html>. Acesso em: out. 2018.)

a) Indique três características de um sistema democrático representativo.

Entre várias características, podemos citar as seguintes, que são fundamentais:

• Soberania popular, ou seja, o respeito ao direito dos cidadãos de escolherem seus representantes e de protestarem caso se sintam prejudicados socialmente;

• Possibilidade de qualquer cidadão poder se vincular a partidos políticos;

• Sufrágio universal, ou seja, o corpo eleitoral é constituído por todos os cidadãos, sem discriminação de gênero, cor, orientação sexual ou classe social;

• Divisão do Estado em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com o objetivo de evitar a centralização do poder no governante e de garantir maior consulta popular;

• Zelo do Estado pela boa qualidade de vida dos cidadãos, inclusive por meio de práticas que objetivem a inclusão social e a reparação de desigualdades sociais históricas.

b) Como a garantia dos direitos individuais (políticos e civis) diferencia os sistemas políticos democráticos contemporâneos dos regimes autoritários? Comente ao menos dois pontos de diferenciação.

Os regimes autoritários concentram o poder político na figura do governante. Isso significa que os direitos civis (liberdade de livre pensamento e de expressão, direito de ir e vir, possibilidade de recorrer à justiça via presunção de inocência e garantia de um julgamento imparcial etc.) e os direitos políticos (votar e ser votado, participar de manifestações, associar-se livremente a partidos políticos e movimentos sociais etc.) ficam suspensos. Afinal, devem-se seguir as diretrizes do governo, sob risco de sofrer punição. Os sistemas democráticos, de modo distinto dos autoritários, garantem direitos civis, políticos e sociais aos cidadãos.

5. Unicentro-PR – Segundo Oliveira e Costa (2013),

As mulheres, a partir do século XIX, e as minorias sexuais, a partir dos anos 1960, passaram a demonstrar sua revolta à “dominação masculina” e heterossexual, de forma coletiva.

A partir da história dos movimentos sociais e dos conceitos sociológicos sobre minorias e gênero, marque V nas afirmativas verdadeiras e F nas falsas.

() O conceito sociológico de “minorias” não se refere à minoria quantitativa, mas à negação de seu acesso às instâncias decisórias do poder.

() As mulheres modernas buscam regatar os papéis sociais tradicionais, como o cuidado doméstico e a maternidade.

() Os movimentos sociais têm, em sua gênese, o controle do Estado e dos partidos políticos.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a:

a) V F V

b) F V F

c) F V V

d) V F F

e) V V V

Por “minorias” devemos compreender os grupos sociais que historicamente são excluídos dos mecanismos de poder ou da plenitude de direitos – por exemplo: populações indígenas, mulheres, pessoas negras e membros da comunidade LGBT. As mulheres ditas “modernas”, o que se pode interpretar como “não conservadoras”, reivindicam a liberdade das mulheres escolherem seus próprios papéis sociais e identidades – sejam eles os tradicionais ou não. Os movimentos sociais surgem, geralmente, em oposição ao Estado ou de modo crítico a ele, justamente por reivindicarem participação na política para atendimento de suas demandas. *Adi omni reius eatur sanim net doles et reictotat*

6. Unicentro-PR

“Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada, à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas.”

(GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, Rio de Janeiro, 2011, p. 47. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005. Acesso em: dez. 2018.)

A afirmativa que melhor explica o texto acerca da relação entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado é a:

a) Os movimentos sociais na contemporaneidade não alinham discurso e prática.

- b) Somente as causas ligadas às minorias são de interesse dos movimentos sociais.
- c) Os movimentos sociais são um braço do Estado na execução de políticas públicas.
- d) Movimento social é um sinônimo para sociedade civil. Refere-se à ação que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político.
- e) Os movimentos sociais têm contribuído para criar uma consciência crítica na sociedade, construindo

uma agenda de demandas que são expostas via mobilizações.

Os movimentos sociais contemporâneos são oriundos de grupos da sociedade civil que, por serem historicamente excluídos dos mecanismos de poder ou da plenitude de direitos, atuam por igualdade social. São, por exemplo, pessoas negras, mulheres, membros da comunidade LGBT, trabalhadores sem teto, trabalhadores sem terra etc. O texto de Gohn trata de como as mobilizações desses movimentos evidenciam tais desigualdades e despertam o reconhecimento social da necessidade de o Estado acolher suas demandas. Muitos movimentos sociais têm sido bem-sucedidos no objetivo de conscientização crítica das sociedades.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Enem

C5-H24

O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

(VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. Adaptado.)

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a *ágora* tinha por função

- a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- b) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- c) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- d) reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

8. Unicamp-SP

Sinto no meu corpo
A dor que angustia
A lei ao meu redor
A lei que eu não queria
Estado violência
Estado hipocrisia
A lei que não é minha
A lei que eu não queria

(GAVIN, Charles. *Estado Violência*. Intérprete: Titãs. In: *Cabeça Dinossauro*. São Paulo: WEA, 1989.)

A letra dessa música, gravada pelos Titãs,

- a) crítica a noção de Estado e sua ausência de controle, aspectos comuns ao liberalismo e ao marxismo.
- b) constata que o corpo físico e o corpo político se relacionam em sociedades de controle.
- c) crítica o autoritarismo policial e o modelo de regulação proposto pelo anarquismo.
- d) constata que o Estado autoritário, mesmo com boas leis, é sabotado pela figura do policial.

9. UEL-PR (adaptado) – Em recentes protestos na Europa, alguns manifestantes levaram cartazes que diziam: “Todos os europeus são ilegais neste continente desde 1492”. Desde o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, proveniente da Revolução Francesa, e, posteriormente, inserido no atual mundo globaliza-

do e neoliberal, o trânsito de mercadorias, capitais e pessoas passou a ser regulado por acordos nacionais e internacionais construídos por governos de países em diferentes escalas de poder financeiro e militar. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, um aspecto em que a globalização e o neoliberalismo se expressam.

- a) Pela dispensa de controle dos Estados no comércio de mercadorias de alto valor agregado.
- b) Na constituição do sistema bancário internacional, que regula plenamente o fluxo de capitais nos paraísos fiscais.
- c) Na liberdade cultuada pelo sistema financeiro neoliberal, que expande socialmente a disseminação das riquezas.
- d) No poderio bélico militar dos estados nacionais, efetivamente controlado pela Organização das Nações Unidas (ONU).
- e) No estabelecimento de normas rígidas para condicionar a imigração ao controle do Estado.

10. Unioeste-PR – Assinale a alternativa CORRETA.

“O Estado Sou Eu!” Esta frase, atribuída ao rei da França Luís XIV (1638-1715), expressa

- a) o medo que o rei da França tinha de uma revolução que lhe ameaçasse a vida.
- b) o personalismo dos monarcas franceses da Idade Média.
- c) a concentração de poderes que caracteriza o Estado Absolutista.
- d) a debilidade dos Estados modernos diante do poder da nobreza.
- e) o surgimento dos modernos monarcas que “reinem, mas não governam”.

11. Enem

C5-H25

O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

(VITALE, D. Habermas. *Modernidade e democracia deliberativa*. *Cadernos CRH*, v. 19, n. 48, 2006. Adaptado.)

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- a) participação direta periódica do Cidadão.
- b) debate livre e racional entre Cidadãos e Estado.
- c) interlocução entre os poderes governamentais.
- d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

12. Unicentro-PR

“O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas”.

(Disponível em: < <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: out. 2018.)

Com base no texto sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e nos conhecimentos sobre direitos e cidadania, é correto afirmar:

- a) O modelo capitalista de cidade não é excludente.
- b) Os trabalhadores que fazem parte do MTST reivindicam apenas por moradia.
- c) As identidades coletivas dos movimentos sociais propiciam a despersonalização dos movimentos reivindicatórios.
- d) O direito à moradia está garantido a todo cidadão brasileiro de acordo com a Constituição de 1988.
- e) As ocupações urbanas, a exemplo de Pinheirinhos, no estado de São Paulo, constantemente passam por processos de reintegração de posse pacificamente.

13. UEL-PR – Leia o texto a seguir.

Uma parte considerável dos novos ativistas já compareceu a protestos e a encontros presenciais, mas há muitos que se manifestam exclusivamente na *internet* sob a forma de textos, *hashtags* e vídeos. E o volume de informação produzido por eles sinaliza a centralidade que a política assumiu no dia a dia dos brasileiros.

(CIRNE, S. Somos todos ativistas. *Galileu*. abr. 2016. p.41. Adaptado.)

As formas de ativismo *on-line* e *off-line* no Brasil demonstram a emergência, na sociedade civil, de novos atores políticos, que se articulam por meio de ações coletivas em rede.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as recentes formas de mobilização dos atores da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- a) As ações coletivas em rede podem ser comparadas aos movimentos sindicais brasileiros da década de 1970, por adotarem práticas de organização e de mobilização em defesa da esfera privada contra a opressão estatal.
- b) As manifestações políticas organizadas em redes de movimentos caracterizam-se pela participação de diversos grupos e de múltiplos atores imersos na vida cotidiana, com militância parcial e efêmera.

- c) O atual ativismo político no Brasil, a exemplo do mundo, mobiliza entidades e organizações ideologicamente unificadas e com práticas comuns no mercado, a fim de obter vantagens coletivas trabalhistas e salariais.
- d) O ciberativismo, na contemporaneidade, envolve, como no passado, a mobilização das grandes classes e a afirmação do movimento operário como principal protagonista das transformações socioeconômicas.
- e) Os sujeitos dos movimentos favoráveis às políticas neoliberais, na atualidade brasileira, organizam-se em rede para a defesa da intervenção e da regulação da economia e das relações de trabalho, pelo Estado.

14. Unicentro-PR

“[...] o nascente Estado moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade.”

(BAUMAN, Z. 2005, p. 26)

A partir da leitura do texto do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e dos conhecimentos sobre identidade, marque V nas afirmativas verdadeiras e F nas falsas.

- () Na contemporaneidade, a identidade está relacionada apenas com o pertencimento ao território nacional.
- () Para o Estado Moderno, a identidade nacional significava um marco para sua soberania.
- () A ficção do nascimento da identidade desempenhou um papel importante na subordinação dos indivíduos pelo Estado Moderno.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V F V
- b) F V F
- c) F V V
- d) V F F
- e) V V V

15. Enem

C5-H22

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: abr. 2017.)

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

16. UFU-MG – Um sistema político democrático contemporâneo é aquele que

- a) estabelece o direito ao voto como única forma de participação política.
- b) controla e limita a participação política de determinados grupos da sociedade civil.

- c) garante apenas aos cidadãos letrados o acesso aos debates no espaço público.
- d) permite a elaboração de direitos políticos universalizáveis.

17. UFU-MG – Em uma pesquisa acerca do *déficit* habitacional no Brasil, encontra-se a seguinte afirmação:

No contexto da rápida urbanização nos países em desenvolvimento, o *déficit* habitacional se constitui no grande desafio para a gestão das cidades. [...] No Brasil, em 2008, o *déficit* habitacional foi estimado em mais de 5,5 milhões de unidades, do qual 83% é registrado em zonas urbanas,

afetando, principalmente, as famílias com renda de até 3 salários mínimos, atingidas por 89,6% desse *déficit*.

(PASTERNAK, Suzanna; BÓGUS, Lucia Maria Machado. Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo. *Caderno CRH*, v. 29, n. 77, 2016.)

Políticas públicas que visam atacar o problema do *déficit* habitacional poderiam ser descritas como políticas de garantia de um direito

- a) social.
- b) político.
- c) civil.
- d) econômico.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C5-H25

Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

(FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Adaptado.)

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

19. Enem

C5-H24

Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma Sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

(RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Adaptado.)

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

- a) A relação entre liberdade e autonomia do Liberalismo.
- b) A independência entre poder e moral do Racionalismo.
- c) A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.
- d) A dialética entre indivíduo e governo autocrata do Idealismo.
- e) A contraposição entre bondade e condição selvagem do Naturalismo.

20. Enem

C3-H13

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

(GOHN, M. G. M. *Os sem-terras: ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003. Adaptado.)

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- a) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- b) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- c) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- d) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- e) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

O TRABALHO NAS SOCIEDADES DE CLASSES E NO CAPITALISMO

6

Se observarmos a nossa sociedade, perceberemos que várias atividades podem ser entendidas como trabalho, sendo elas remuneradas ou não. As pessoas, e em maior parte as mulheres, que realizam as atividades domésticas diariamente, mantendo o lar em ordem, exercem um trabalho, ainda que não recebam remuneração por isso. Já uma empregada doméstica cumpre as mesmas tarefas e é remunerada. Um agricultor que planta para subsistência o faz para si e sua família, enquanto aquele que trabalha numa grande propriedade rural e recebe um salário para isso sustenta a produção voltada ao consumo de outras pessoas, e não somente o dele. Uma palestrante, uma professora, uma escritora e uma artista também trabalham realizando atividades intelectuais, sejam elas remuneradas ou não.

Veremos, neste módulo, como a sociologia entende o trabalho e qual sua importância e suas consequências sociais.

A diversidade do trabalho e seu conceito sociológico

Sociologicamente, o **trabalho**, em sua função nas sociedades, pode ser entendido como a execução de tarefas que exigem esforço intelectual e/ou físico, com o propósito de produzir bens e serviços que supram as necessidades da sociedade. Trata-se da base de toda a economia, que distribui, por meio das instituições, a produção de serviços e mercadorias. Ao mesmo tempo, trabalho é uma atividade que transforma quem a realiza, a sociedade e a natureza. Trabalho é, portanto, uma forma de intervenção no mundo.

No capitalismo, existem diversos tipos de trabalhos geradores de remuneração. O predominante, do qual a maior parte da população mundial vive, é o **emprego** – a venda de força e de tempo de trabalho em troca de um salário. Há também o trabalho executado pelo empregador, cujas características principais são a vigilância dos empregados e a administração do negócio. Além do empregado e do empregador, existem ainda os prestadores de serviços, formais e informais, que incluem desde professores e advogados até artistas e vendedores ambulantes. Por fim, há os funcionários públicos e, cada vez mais, os investidores, que colhem ganhos no mercado de investimentos.

Entretanto, é possível definir trabalho para além da atividade remunerada. No Brasil, em geral, é bastante comum considerar que as escolas devem preparar os alunos para ingressarem nas melhores universidades e, assim, conseguirem ocupar os melhores cargos, seja no setor público, seja no privado. A partir dessa percepção sobre a função da escola, os estudantes são educados a associá-la à inserção no mercado de trabalho. O impacto direto disso para o conceito de trabalho é que ele passa a ser compreendido apenas enquanto **remuneração econômica**, sendo esvaziado de sua concepção enquanto **atividade transformadora** da natureza, do indivíduo e da sociedade a partir da ação criativa do ser humano.

Caso esta última concepção, que faz parte do conceito sociológico de trabalho, não seja evidenciada, corremos o risco de esvaziar o sentido político e ontológico dessa atividade, limitando os cidadãos e as cidadãs a serem meros reprodutores das formas de geração de renda existentes. Em outras palavras, ainda que seja importante que a educação permita a obtenção de um trabalho com uma remuneração

- A diversidade do trabalho e seu conceito sociológico
- Trabalho e identidade social
- Trabalho: história e cultura
- Capitalismo e racionalização do trabalho
- Transformações sociais e desenvolvimento tecnológico
- Trabalho e desigualdade entre homens e mulheres
- A sociedade capitalista segundo Karl Marx
- A sociedade capitalista segundo Max Weber

HABILIDADES

- Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e da vida social.
- Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
- Avaliar argumentos favoráveis e contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.
- Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- Analisar as consequências do trabalho capitalista para a vida social, cidadã e no mundo do trabalho.

econômica adequada, também é fundamental que ela seja voltada para a liberdade e para a compreensão de que a completude da existência individual e social depende também do dispêndio de energia criativa em atividades que gerem prazer pessoal e bem-estar social, como a produção artística e a atuação política.

Trabalho e identidade social

Vale ressaltar que o trabalho acaba definindo cada indivíduo que o realiza em sociedade, favorecendo articulações sociais e fornecendo elementos para a construção de identidades sociais ou para o desenvolvimento de noções de pertencimento a determinados grupos. O trabalho, portanto, faz parte da **ontologia** do ser, ou seja, ele interfere na transformação e na definição dos indivíduos.

A partir da nossa intervenção no mundo, definimos nossa subjetividade e identidade. Por isso, trabalhos altamente exploratórios, como o escravo, desgastam não apenas o corpo físico, mas também a autoestima, a esperança, a vitalidade e a formação da consciência crítica, já que, geralmente, à pessoa explorada ou escravizada é negado o direito à educação. Tudo isso colabora para que este trabalhador se convença de sua falsa inferioridade social e até passe a acreditar no merecimento da violência que sofre.

Se as consequências de trabalhos degradantes já são devastadoras para a subjetividade de adultos, é de se imaginar os problemas causados às crianças que são obrigadas a trabalhar. O trabalho infantil, ainda maciçamente presente no Brasil – segundo dados do “World Report on Child Labour 2015”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, está amplamente associado ao abandono escolar. Nessas situações, a criança deixa de receber uma educação que desenvolva seus potenciais, interesses e autoconhecimento e que a prepare para uma vida cidadã e autônoma. Além disso, a identidade dela passa a ser influenciada pelo trabalho exploratório que ela executa diariamente.



Mais de 100 anos depois da Revolução Industrial, o trabalho infantil ainda persiste, principalmente nos países menos desenvolvidos, como o Brasil.

A seguir, veremos como o conceito de trabalho variou historicamente conforme a organização cultural e econômica de cada sociedade.

Trabalho: história e cultura

O trabalho é uma atividade essencial às sociedades, uma vez que é responsável por produzir, entre outras coisas, tudo aquilo que garante a sobrevivência e o sustento dos seres humanos. Pode-se afirmar que o trabalho insere-se no universo de criação, pelo homem, de uma segunda natureza, ou seja, a do espaço do artifício, da **cultura**.

Na chamada Antiguidade Clássica ocidental, o modo de produção no qual floresceu a civilização greco-romana era o **escravista**, estabelecido com base na propriedade da terra e do trabalhador escravizado. Na Grécia e em Roma, o trabalho físico (braçal) era visto como uma atividade de bárbaros, ou seja, própria dos “não gregos” ou “não romanos”, que eram passíveis de serem escravizados em razão de sua pretensa inferioridade. Já o trabalho intelectual, tanto o de pensadores em diversas áreas do

conhecimento, como os voltados para a política, era consagrado como superior. Essa concepção clássica criou condições para que filósofos, políticos e demais pensadores que compunham a elite se dedicassem à criação de conhecimento, enquanto os demais realizavam as tarefas mais pesadas e degradantes.

As invasões bárbaras iniciadas a partir do século III, no Ocidente, e as limitações internas do escravismo levaram ao colapso desse modelo e à sua gradativa substituição pelo trabalho servil no manso senhorial. Nesse modo de produção, chamado **feudal** ou **servil**, um camponês permanecia preso à terra e às obrigações que tinha de cumprir para com o proprietário dessa terra, o senhor feudal. A produção era ínfima, voltada à subsistência da sociedade. Nesse modelo, a nobreza também não executava trabalhos físicos: seus membros eram cultos, educados em várias modalidades artísticas, versados em economia e política e, muitos deles, também recebiam educação militar. Viviam do recolhimento de impostos e do trabalho dos servos, que recebiam em troca segurança e uma terra para morar. A burguesia emergente durante o feudalismo trabalhava com o comércio e enriqueceu-se a ponto de comprar títulos de nobreza. Em determinado momento, ela também financiou o Absolutismo e, mais tarde, a Revolução Francesa. Os burgueses eram tratados pela nobreza como “novos ricos” impuros e inferiores pelo fato de suas riquezas derivarem do trabalho, e não das tradicionais linhagens nobres.

Aos poucos, as relações de trabalho foram recebendo conteúdo monetário e contribuindo para o processo de acumulação de capitais, um dos aspectos que, mais tarde, marcaram a época moderna. O artesão tornou-se um obstáculo ao crescimento da atividade comercial, uma vez que restringia a produção de mercadorias e, conseqüentemente, o lucro dos burgueses. Isso levou-os a buscar o controle dos meios de produção, processo que se arrastou até o século XVIII com a Revolução Industrial. A partir dela, a divisão manufatureira do trabalho foi superada e substituída pela fabril.

A Revolução Industrial, juntamente com a Revolução Francesa, também destituiu a nobreza de seus privilégios. Na Inglaterra, por exemplo, ela passou a dedicar-se ao trabalho e à geração de sua própria renda, em modelos capitalistas.

Entre as diferentes variações do conceito de trabalho, o que faz parte do **capitalismo** é marcado por estabelecer uma relação íntima entre trabalho e remuneração monetária, seja por salário ou por mais-valia e lucro – conceitos que ainda serão explorados.

Com o advento do capitalismo, desenvolveu-se ainda a **concepção meritocrática**, ou seja, de merecimento pelo esforço individual. Ela fundamenta nossa sociedade e resulta da união das noções de pena e engrandecimento contidas na ideia de trabalho. Ela está presente, inclusive, em expressões populares utilizadas no cotidiano, como “deus ajuda a quem cedo madruga” e “o trabalho dignifica o homem”, nas quais percebemos a

associação entre esforço/dedicação e engrandecimento de quem trabalha. Além disso, há nessa concepção a ideia de que a quantidade de dinheiro recebida indica o sucesso ou o fracasso de alguém.



SIRA ANAMWONG/SHUTTERSTOCK

É importante ressaltar que, no capitalismo atual, diferentemente da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, e especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a acentuada urbanização, há o advento da classe média. Formada pelos prestadores de serviços que cresceram quantitativamente, ela não recebe salário nem mais-valia, ainda que esteja inserida numa sociedade capitalista.

Capitalismo e racionalização do trabalho

Como reflexo do estado de espírito da sociedade europeia do século XIX, maravilhada com os avanços científicos, até mesmo o operariado passou a ser submetido a um conjunto de regras científicas com o objetivo de elevar a produtividade das indústrias. A incorporação de tais regras na linha de produção deveu-se à participação do engenheiro Frederick Taylor (1856-1915), criador do sistema conhecido como **taylorismo**. Esse sistema controlava os movimentos dos trabalhadores utilizando, por exemplo, um relógio para medir o tempo que cada um levava para realizar determinada tarefa. Taylor procurou também observar como eram executados os movimentos dos operários na fábrica, de modo a corrigi-los e poder promover maior eficiência na linha de produção. Para controlá-los, alguns trabalhadores mais produtivos eram alçados à condição de gerentes, posição em que verificavam se os demais se adequavam aos princípios do gerenciamento científico.

Em nome dessa eficiência, o modelo taylorista foi ampliado para outros segmentos fabris pelo industrial Henry Ford (1863-1947), responsável pela implantação do **fordismo**. Esse sistema, ainda que não tenha intro-

duzido à produção na fábrica uma novidade propriamente dita, trouxe algumas modificações significativas. Sua mais importante característica, o uso da esteira, é uma adaptação do sistema que já existia no setor têxtil, mas que, com Ford, passou a ser aplicado na linha de produção automotiva. Até o começo do século XX, a produção de veículos ainda apresentava características tipicamente artesanais, com o uso de técnicas que remontavam às concepções da indústria manufatureira. O fordismo foi revolucionário nesse sentido, pois permitiu a fabricação em larga escala dos automóveis, ocasionando redução dos preços e maior popularização desse produto.



HENRY FORD MUSEUM OF AMERICAN INNOVATION, DEARBORN, MICHIGAN

Henry Ford, em 1896, dirigindo o que chamou de "Quadríciclo", o primeiro automóvel criado por ele.

Em sua origem, o capitalismo introduziu a extrema divisão do trabalho em tarefas simples e especializadas:

O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e de uma forma ou de outra, a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial. A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas para o capitalismo.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 70.

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO TAYLORISMO-FORDISMO

Com o **capitalismo monopolista** em ascensão e a associação entre os grandes capitalistas industriais e financeiros, houve um favorecimento às multinacionais e à sua expansão global. A indústria automobilística, por exemplo, uma das mais fiéis ao modelo taylorista-fordista, concentrava sua produção em um pequeno número de empresas que, até os dias atuais, estão presentes na maioria dos países do mundo. Poucos deles possuem empresas automobilísticas nacionais capazes de competir com as multinacionais.

Entretanto, as consequências internacionais não se limitaram às conquistas de novos mercados consumidores: houve também transformações radicais e globais na vida cotidiana do operariado. A cultura do trabalho modificou-se amplamente, com consequências sociais, políticas e econômicas.

O fordismo aperfeiçoou o controle sobre o trabalhador, que deveria permanecer em seu posto de trabalho e atento à linha de produção para realizar sua tarefa de acordo com o ritmo da esteira, preso a determinados movimentos repetitivos e dependente do tempo cronometrado da produção.



Cenas do filme *Tempos Modernos* (1936), de Charles Chaplin, que retrata características do modelo de produção taylorista-fordista, principalmente ao longo da sequência inicial, que se passa em uma fábrica. Na foto à esquerda, é possível observar o controle do tempo e da produtividade por meio de novas tecnologias – no filme, isso é ironizado com a apresentação de uma máquina (inoperante) que promete fazer com que o operário almoce sem precisar parar sua atividade. A foto à direita ilustra a figura do gerente ou do patrão, que constantemente observa e controla os trabalhadores.

O controle sobre os trabalhadores dificultava a organização e a resistência de sindicatos e partidos, já que os operários não podiam movimentar-se na fábrica e eram impedidos de conversar entre si. Diante dessa situação, muitos estudiosos classificaram o modelo taylorista-fordista como mecanicista e repetitivo. Além disso, ele impedia o desenvolvimento dos potenciais criativos e intelectuais dos trabalhadores, sendo, portanto, responsável pela alienação deles. Tanto no taylorismo como no fordismo, havia ainda o incentivo à competitividade e a anulação do proletariado.

Se você é um operário classificado, deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama.

TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990. p. 46.

A racionalização não se restringiu apenas à fábrica, mas dominou, no começo do século XX, toda a sociedade ocidental, que se apegou ao controle do tempo por meio do uso do relógio. Somando-se a isso, a evolução tecnológica da maquinaria exigiu mão de obra mais qualificada, de modo que o operariado foi sendo lentamente absorvido por um sistema educacional voltado ao tecnicismo.

Transformações sociais e desenvolvimento tecnológico

O início da segunda metade do século XX marcou o apogeu do modelo taylorista-fordista nas fábricas. A ampliação dos mercados consumidores nos países industrializados foi resultado do período de expansão capitalista ocorrido entre 1945 e 1975, que levou esses países à situação de pleno emprego, ou seja, a taxas de desempregos inferiores a 5% da população economicamente ativa. Além disso, houve grande crescimento econômico em várias partes do mundo. Esses fatos têm relação com o sucesso do modelo fordista, que passou a fornecer em ritmo acelerado os produtos necessários para o consumo da população e, em espiral econômica,

reforçou o pleno emprego ao manter os trabalhadores ocupados de forma produtiva para atender à crescente demanda.

Entretanto, esse crescimento encontrou barreiras no início da década de 1970. Abateu-se sobre o mundo uma recessão profunda em razão da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e do aumento do preço do barril do petróleo em cerca de 600%.

Nesse contexto, ainda no início dos anos 1970, outra revolução era iniciada com a superação do modelo fordista e o surgimento de outro modelo de organização fabril, mais flexível e enxuto: o **toyotismo**. Aplicado para minimizar o desperdício e superar o modelo de produção em massa, o toyotismo marcou o início da Terceira Revolução Industrial, assentada no advento de novas tecnologias, como a robótica e a microeletrônica.

As novas tecnologias possibilitaram a reorganização do processo de produção na fábrica e a introdução de novos elementos, como:

- a **automação**, que consistia na utilização de mecanismos que permitiam às máquinas pararem de funcionar caso houvesse alguma falha na produção, evitando o desperdício de recursos, muito frequente nos modelos taylorista e fordista.
- o **just in time** (ou “bem na hora” ou “na hora exata”), que permitia a redução de estoques devido à produção rápida. Com isso, atendia-se, em tempo real, à diversidade do mercado e diminuía-se os custos com energia e matérias-primas.
- a **terceirização**, que permitia a redução de custos com mão de obra e serviços básicos de manutenção ou infraestrutura.



IBRAHIM YOZOGLU / ANADOLU AGENCY / AFP

Com o toyotismo e a Terceira Revolução Industrial, as máquinas passam a produzir máquinas e muitos trabalhadores foram terceirizados. Como consequências, houve o aumento do desemprego estrutural e a perda de direitos trabalhistas.

A adoção e expansão do modelo toyotista resultou na incorporação da robotização e da informatização no universo produtivo. Dessa forma, certas modalidades de trabalho típicas do fordismo foram desaparecendo e muitos operários foram sendo substituídos por máquinas. Conforme algumas funções tornavam-se obsoletas em razão das novas formas de trabalho, o fenômeno do desemprego estrutural reforçou-se, o que é considerado um dos resultados negativos da Terceira Revolução Industrial.

Outras consequências do toyotismo, conforme veremos a seguir, foram a diminuição da qualidade do emprego em certos lugares, da capacidade de articulação dos trabalhadores e do nível de remuneração.

TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O deslocamento de atividades industriais para outras áreas do globo, facilitado pela engenharia de produção toyotista, contribuiu, de um lado, para o aumento do desemprego em países desenvolvidos e, de outro lado, para a exploração de mão de obra em países periféricos.

Além disso, a terceirização promoveu a migração de fábricas dos países desenvolvidos para os periféricos, onde a mão de obra é menos organizada e as leis trabalhistas são mais flexíveis.

Esse aumento do desemprego nos países desenvolvidos gerou o **fantasma da inutilidade**, termo criado pelo sociólogo Richard Sennett, que faz referência à sensação de inutilidade e incapacidade que se apossa dos trabalhadores diante das mudanças tecnológicas em todas as áreas da produção econômica e no setor de serviços, colocando em xeque a continuidade do trabalho humano na sociedade. Assim, as novas tecnologias, associadas a razões econômicas e sociais, poderiam levar ao desaparecimento de uma sociedade organizada com base no trabalho humano.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada. O aumento do tamanho da máquina de trabalho e do número de suas ferramentas operantes simultaneamente exige um mecanismo motor mais volumoso, e esse mecanismo, para superar sua própria resistência, precisa de uma força motriz mais possante do que a força humana; isso sem considerar que o homem é um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo. Pressupondo-se que ele atue ainda como simples força motriz, que, portanto, no lugar de sua ferramenta haja uma máquina-ferramenta, forças naturais podem agora também substituí-lo como força motriz.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova cultural, 1996. v. II. p. 11 (Coleção Os economistas).

De fato, a personalização da produção alterou o perfil do trabalhador, que não se encaixava mais à nova realidade organizacional. Com isso, aqueles que estavam inseridos no topo do modelo produtivo foram de alguma forma beneficiados, pois se tornaram mais qualificados para poderem desempenhar várias funções. Tornaram-se solucionadores de problemas e integradores dos fluxos entre captação de recursos, produção e distribuição de mercadorias. Viram-se obrigados a incorporar novas tarefas e a tomar decisões para solucionar problemas, passando, então, a gerenciar os sistemas de produção. Entretanto, apesar de terem responsabilidades muito maiores, a remuneração não aumentou proporcionalmente. Em outras palavras, o acúmulo de tarefas cresceu em escala significativamente maior que a remuneração.

O trabalhador qualificado no modelo toyotista teve também de aprender a trabalhar em equipe. Verificaram-se, neste modelo, várias células de trabalhadores que colaboravam coletivamente para que a produção pudesse manter determinada qualidade. Esse trabalho em equipe assumiu também a forma de círculos de qualidade, em que os profissionais reuniam-se em grupos com o objetivo de discutir os problemas que prejudicavam o ritmo de produção.

O surgimento de novas tecnologias e instrumentos de produção e comunicação, principalmente o computador e a *internet*, possibilitou que muitos empregados trabalhassem remotamente, seja em casa, seja em outro lugar, sem a necessidade de estarem presentes fisicamente no ambiente de trabalho.

Outro aspecto trazido por essa nova modalidade de trabalho está relacionado ao maior tempo ocioso do trabalhador, que não necessariamente tinha de cumprir carga horária específica por dia, mas atingir a produtividade esperada pela empresa. Tal situação permitiu que ele organizasse seu tempo de modo mais eficaz, decidindo os melhores horários para cumprir suas funções, desde que dentro das metas produtivas da empresa.

Trabalho e desigualdade entre homens e mulheres

Na Europa, as duas Grandes Guerras da primeira metade do século XX foram responsáveis por um primeiro deslocamento da mulher da esfera familiar e privada em direção ao mundo do trabalho. Com um elevado número de homens atuando nas guerras, foi necessário que o governo incentivasse a entrada de mulheres no mercado de trabalho para suprir a falta de homens em praticamente todos os setores de produção – alimentício, vestuário, bélico, entre outros.

Entretanto, é importante ressaltar como essa emancipação feminina não ocorreu sem sacrifícios, em razão dos maciços preconceitos, nem se consolidou plena-



Chamada pública do governo norte-americano para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho e substituírem os homens que haviam ido lutar na Segunda Guerra Mundial. A imagem *Rosie the Riveter* tornou-se amplamente popular nos Estados Unidos e no mundo.

mente, porque atualmente ainda existem desigualdades entre homens e mulheres. Como aponta o sociólogo Anthony Giddens:

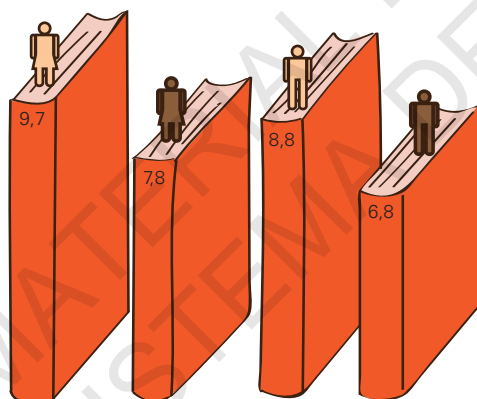
O fato de as mulheres terem ou não filhos dependentes produz um grande impacto sobre sua participação na força de trabalho assalariada. Em todos os grupos socioeconômicos, a probabilidade de as mulheres trabalharem em tempo integral é maior se elas não tiverem filhos para cuidar em casa. Entretanto, hoje em dia, é bem mais provável que as mães retornem ao trabalho em regime integral, ao mesmo tipo de emprego e ao mesmo empregador, do que há duas décadas. Atualmente, para ter filhos, as mulheres fazem intervalos menores em suas carreiras do que ocorria antigamente, o que se verifica particularmente nas ocupações de maior remuneração – um fator que contribui para a força financeira das famílias “ricas em trabalhos”, nas quais marido e mulher possuem rendimentos. [No entanto] [...] para as mulheres, o acesso aos grupos de poder revela-se bem mais difícil do que o encaminhamento para os cargos profissionais de nível médio. Menos de 5% dos cargos de diretor nas companhias britânicas são ocupados por mulheres; quatro em cada cinco empresas não possuem nenhuma diretora.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 323.

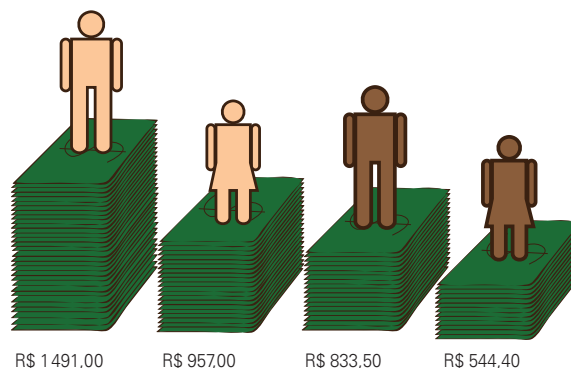
Além disso, em países como o Brasil, que possuem desigualdades raciais estruturais, a população negra permaneceu excluída dos postos de trabalho mais qualificados. Como já vimos em outros módulos, essa população, por ser marginalizada na sociedade, tem menos acesso à educação de qualidade, o que influencia seu ingresso no mercado de trabalho. Assim, ainda que mais mulheres tenham tido a possibilidade de ter empregos mais qualificados, as que conseguiram se integrar foram, em geral, as brancas e com melhores condições financeiras.

Dados da população ativa no Brasil em 2009, segundo sexo e raça

Média de anos de estudo



Renda média



IPEA et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPIPIR, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos.html>>. Acesso em: maio 2019. Adaptado.

Como é possível observar no infográfico, que traz dados recentes do Brasil, as mulheres brancas, mesmo estudando mais tempo do que os homens brancos, possuem uma renda média menor, o que indica uma desigualdade entre eles. A mesma relação pode ser observada entre as mulheres negras e os homens negros. Entretanto, também é preciso notar o quanto a etnia influencia no acesso à educação e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho: as pessoas negras,

tanto homens como mulheres, estudam menos do que as pessoas brancas e possuem rendas médias menores – em geral, justamente por ocuparem cargos menos qualificados. Isso mostra o quanto, no Brasil, ainda existem desigualdades relacionadas ao sexo e, também, à raça.

Há muitas décadas movimentos sociais buscam combater a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Determinados países europeus já estão mais avançados na resolução desse problema, alterando, inclusive, suas leis, para que o tempo da licença-paternidade e da licença-maternidade sejam iguais. Essa iniciativa é importante porque determina que pais e mães possuem o mesmo grau de responsabilidade com o cuidado dos filhos, permitindo que as mulheres não sejam desfavorecidas, por exemplo, no momento da contratação ou promoção.

A sociedade capitalista segundo Karl Marx

O capitalismo desenvolveu-se efetivamente com a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, quando a base da economia deixou de ser agrícola e passou a ser industrial. Com isso, passou-se a usar predominantemente maquinários que aceleravam a produção e disponibilizavam maior número de mercadorias, vendidas em troca de pagamento em dinheiro. O valor embutido nessas mercadorias continha o custo exato dos investimentos feitos para produzi-las mais o percentual de lucro obtido pelo proprietário dos meios de produção.

Karl Marx, um dos estudiosos do capitalismo mais importantes, viveu no período em que a Revolução Industrial estava no seu auge. Ele explicou minuciosamente o sistema capitalista, abordando a perspectiva dos **capitalistas** ou **burgueses** – donos das indústrias e das máquinas, ou seja, dos meios de produção – e dos **operários** ou **proletários** – os que trocam sua força de trabalho por um salário. Em seus estudos, Marx também escreveu sobre outros temas, como: os trabalhadores que eram artesãos ou pequenos agricultores; o contexto social das cidades e áreas rurais; a constituição política do Estado; o papel da religião na vida dos indivíduos, entre outros aspectos da realidade capitalista.

Marx enfatizou a relação entre burgueses e proletários. Para ele, a burguesia caracteriza-se pela posse de propriedades e pelo domínio sobre instâncias políticas superiores, como o Judiciário e a administração pública. Já o proletariado é desprovido de bens materiais e não tem participação política direta nas instâncias superiores, restringindo-se à organização política de base, ou seja, aos movimentos de trabalhadores, com o intuito de promover a conscientização dos demais operários para ampliarem seus direitos. Entre essas duas classes antagônicas, predomina a relação dominador-dominado, com o burguês explo-

rando a mão de obra do operário a fim de obter lucro. Nesse contexto, a força de trabalho é entendida como mercadoria comprada a preço baixo, possibilitando ganhos maiores aos burgueses.

Os capitalistas também se utilizam da **mais-valia** que, segundo a teoria marxista, é o valor excedente, resultante da diferença entre o que o industrial paga pela mão de obra e o valor que ele cobra pela mercadoria produzida por essa força de trabalho. Com isso, nas horas dedicadas a determinada jornada de trabalho, a produção reverte-se em lucro para o capitalista.

A mais-valia pode ser **absoluta** (quando há um aumento das horas e do ritmo de trabalho) ou **relativa** (ligada ao aumento do processo produtivo, mas por meio de avanços científicos e tecnológicos). Em ambos os casos, há um aumento da produção, mas sem haver um aumento de salário proporcional.



Além de ampliar a lucratividade do capitalista, a mais-valia, para Marx, não se refere simplesmente ao lucro, que já é computado no valor das mercadorias, mas ao **trabalho excedente** dos operários, que não é pago.

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital, e a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria soava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 51.

Segundo Marx, a mais-valia é ainda uma invenção jurídica e ideológica criada para justificar a exploração, que acaba se normalizando na sociedade como se fosse algo natural e não imposto.

DIVISÃO DO TRABALHO: CAMINHO PARA A ALIENAÇÃO

A especialização, segundo Marx, apesar de aumentar a produtividade e a qualidade do produto, condena o trabalhador a conhecer apenas parte do que produz, e não a totalidade do processo. Além disso, a subserviência às tecnologias impede que ele confira individualidade ao que produz, já que os produtos passam a ser cada vez mais idênticos uns aos outros e oriundos de trabalhos extremamente parecidos. Como consequência, o operário não se reconhece como produtor de algo pelo qual tem afeto e no qual reconhece parte de si, de sua originalidade. Isso opõe-se ao trabalho artesanal, em que o trabalhador conhece a totalidade da produção e confere singularidade a cada novo produto que faz, tendo afeição tanto por seu ofício como pelo o que produz. Portanto, segundo Marx, no capitalismo, o trabalho torna-se predominantemente penoso, desgastante e sem sentido, realizado apenas com a finalidade de se sustentar e ter alguma qualidade de vida.

O trabalho realizado pelo operariado garante-lhe remuneração – o salário –, que possibilita a satisfação de suas necessidades materiais por certo período de tempo. Isso exige que ele continue a trabalhar para existir. Quando o salário é suficiente para sustentar sua existência, o operário tem a impressão de que foi corretamente remunerado pelo burguês. Isso, de acordo com Marx, é um equívoco: a remuneração paga corresponde apenas a uma pequena parte do valor do trabalho. A maior parte, a mais-valia, fica com o burguês.

Com isso, a relação entre capital e trabalho, entre mais-valia e salário, é uma forma de **exploração entre classes**. A mais-valia será sempre superior ao salário, o que impede que haja uma igualdade de capacidade de aquisição de bens necessários para uma ótima qua-

lidade de vida. Para Marx, a aceitação dessa condição, por parte dos trabalhadores, como algo normal e até natural significa o sucesso de uma ideologia criada pelo próprio capitalismo para legitimar sua existência.

Em parte, operários e demais trabalhadores da sociedade não se dão conta da exploração em razão do predomínio da ideologia burguesa liberal, que afirma que as diferenças entre os indivíduos são naturais. Tal naturalização esconde a relação de subordinação de uma classe à outra, permitindo aos burgueses manterem o controle sobre a sociedade, ainda que de forma indireta, por meio do domínio sobre a esfera econômica.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. [...] A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 80-81.

Para Marx, a única forma de superar a desigualdade social seria a atuação revolucionária do proletariado, classe que sofre diretamente a exploração burguesa.

A TEORIA MARXISTA NOS SÉCULOS XX E XXI

A teoria marxista é original do século XIX e procura explicar as sociedades europeias que estavam em processo de Revolução Industrial e eram essencialmente organizadas em economias fabris. Marx teorizou que, nessas sociedades, o capitalismo provocaria uma desigualdade social tão radical que seria capaz de criar condições para o proletariado se conscientizar e liderar uma revolução semelhante à realizada pela classe burguesa nos séculos anteriores. A burguesia liderou a revolução política e econômica que findou o feudalismo e iniciou o capitalismo, a partir da Revolução Francesa (quando decapitaram nobres e reis) e da Revolução Industrial (que a estabeleceu como classe dominante). Entretanto, segundo Marx, a revolução do proletariado seria diferente das conflagrações burguesas porque criaria uma sociedade sem classes. Para lutar por esse tipo de nova sociedade, Marx e Engels, além de outros revolucionários socialistas, comunistas e anarquistas, organizaram reuniões de trabalhadores por toda a Europa.

Entretanto, desde o século XX até os dias de hoje, ocorreu uma diversificação da mão de obra e, com isso, surgiram novas carreiras e setores de empregabilidade. Por exemplo, ao longo do tempo, parte dos trabalhadores foi alçada para as chamadas “camadas médias”, compostas de profissionais liberais e do terceiro setor. Atualmente, há ainda os microempreendedores indivi-

duais (MEIs). Nessa diversificação do trabalho, houve o escape da relação tradicional entre capital e trabalho, ancorada na relação mais-valia/salário. Em geral, por terem conseguido aproveitar-se de benefícios do capitalismo, as camadas médias não foram despertadas pelos anseios revolucionários e, em vez disso, lutaram por ascensão na vida empreendedora, ainda que não fossem de fato parte da burguesia detentora dos meios de produção.

Concomitantemente a esse fenômeno, observamos ainda a ascensão de movimentos sociais pautados em outras questões, como a igualdade entre homens e mulheres, o racismo e a discriminação de pessoas do grupo LGBT. Muitos desses movimentos se associam às questões da ordem capital/trabalho, mas também possuem algumas vertentes que não se vinculam necessariamente à revolução do proletariado e à superação do capitalismo, como é o caso do feminismo liberal.

LEITURA COMPLEMENTAR

Feminismo e marxismo: noção de um sistema patriarcal, racista e capitalista

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo – incluindo sexualidade –, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. [...] De forma mais precisa, entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho. [...]

Cada uma das particularidades estruturantes da classe – sexo-“raça”/etnia, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas desigualdades e opressões. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros; ao mesmo tempo, mulheres brancas podem sofrer violência de um homem negro [...].

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 132, São Paulo, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&tling=pt>. Acesso em: maio 2019.

A sociedade capitalista segundo Max Weber

Max Weber adota, em suas análises sociológicas, uma metodologia e uma epistemologia **compreensivas** e que partem da **ação social** dos indivíduos – diferentemente de Karl Marx, que analisa as sociedades a partir de teorias gerais e explicativas.

Max Weber, em suas análises sobre estratificação social e trabalho, também compreendia o elemento econômico e a relação capital/trabalho como fundamentais na determinação da realidade social. Entretanto, ele considerou que outros dois elementos também eram essenciais: o social e o político. Assim, para ele, as classes sociais existem, mas sua estratificação depende desses três elementos.

De modo esquemático, podemos afirmar que, segundo Weber, as classes dependem da posição do indivíduo frente a três fatores:

a) Econômico, referindo-se à quantidade de riqueza que ele possui. No capitalismo, depende, essencialmente, da divisão entre os que possuem os meios de produção e aqueles que, por não serem proprietários, submetem-se ao assalariamento.

b) Social, referindo-se ao *status*, ou ao prestígio atribuído ao indivíduo, que depende dos símbolos culturais que determinam esse prestígio. No capitalismo, relaciona-se, frequentemente, ao enriquecimento e ao poder aquisitivo de bens.

c) Político, referindo-se ao poder de influência que o indivíduo tem perante os demais. No capitalismo, em geral, relaciona-se com a vinculação a partidos políticos e com o alcance de espaços de poder.

Na Antiguidade Clássica, era comum anciões assimilarem esses três elementos, acumulando riquezas, prestígio e poder sobre a política social. Na sociedade feudal, o *status* era definido pelo nascimento, ou seja, ligava-se ao fato de a família ser tradicional, ter posses ou ser reconhecida pelos demais membros da sociedade. Essa, portanto, era uma sociedade rígida na definição do *status* e de ínfima mobilidade entre os estratos sociais. Por exemplo, no fim da Idade Média, quando burgueses que haviam enriquecido compravam títulos de nobreza, dificilmente obtinham prestígio, sendo categorizados como emergentes, por não terem linhagens nobres.

Na sociedade europeia capitalista, após a Revolução Francesa e a destituição da nobreza e do clero das camadas privilegiadas na economia e na política, a classe social deixa de ser determinada pelo nascimento e passa a ser definida, ao menos teoricamente, pelo mérito. Assim, a ascensão social dependeria do esforço pessoal para atingi-lo. Geralmente, o mérito é estabelecido pela dedicação ao trabalho e ao acúmulo de riquezas. Isso pode ser notado no imaginário popular, em que o prestígio social é atribuído àqueles que trabalham bastante, acordam cedo e conseguem progredir em suas carreiras.

Weber mostrou como o *status*, a renda e a influência compõem as ações sociais dos indivíduos, que tendem a buscar uma posição e um reconhecimento legítimo por parte dos demais membros dessa sociedade. O *status* pode interferir na ocupação profissional de alguém e no modo como os indivíduos observam uns

aos outros. Muitos podem, por exemplo, adquirir bens para sentirem-se prestigiados, e não porque este bem é necessário ou útil. Com isso, chegam até a endividar-se para sustentar esse prestígio. Por exemplo, numa sociedade que reconhece o automóvel como item gerador de prestígio, comprar um novo carro todos os anos pode demonstrar a busca por *status*.

Cada sociedade, conforme sua cultura e seu momento histórico, atribuiu características definidoras do que é ter riqueza, prestígio e poder. No capitalismo, a riqueza depende da aquisição de meios de produção, já que vivemos a era da propriedade privada. O prestígio não decorre do nascimento, mas do mérito e da ascensão social. E o poder está atrelado à capacidade de influência e à conquista de espaço na política, por meio de partidos e de eleições para cargos públicos.

Enquanto o século XVIII foi marcado pela igualdade jurídica estabelecida pela Revolução Francesa, os séculos XIX e XX foram marcados por lutas pela **igualdade social**. Em termos weberianos, poderíamos dizer que se trata de uma luta pela garantia de que a riqueza, o *status* e o poder de influência não favoreçam determinados indivíduos em detrimento de outros. Por essa razão, muitos intelectuais e ativistas, desde os defensores do capitalismo até os apoiadores do comunismo, teorizam que o Estado deve fornecer educação pública, criminalizar preconceitos e implementar políticas públicas afirmativas para grupos sociais historicamente explorados, como as cotas em universidades e em concursos públicos. Trata-se do uso do Estado para garantir que todos possam competir em condição de igualdade, sem privilégios para determinados grupos de indivíduos.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

Taylorismo, fordismo e toyotismo

Teorias e metodologias de organização racional do trabalho que procuram otimizar a produção e gerar maiores rendimentos com menores custos.

Pontos positivos

De modo geral, as três metodologias, cada uma em seu contexto, introduziram nas fábricas novas tecnologias, proporcionando a produção em larga escala de diversos produtos, reduzindo seus preços e popularizando-os. Por sua vez, o toyotismo ainda abriu espaço para a ação criativa dos trabalhadores, além de conter a produção desenfreada e o desperdício exacerbado em razão do *just in time*.

Pontos negativos

O taylorismo e o fordismo foram amplamente criticados por inibirem a criatividade dos trabalhadores e os colocarem em situações de obediência ao ritmo das máquinas, favorecendo a alienação. Já o toyotismo foi amplamente criticado por ter causado desemprego estrutural e porque seu vínculo com a terceirização tem minimizado a associação entre trabalhadores e causado a perda de direitos trabalhistas.

Trabalho e desigualdade entre homens e mulheres

Apesar das melhorias de condições de trabalho, ainda persistem os problemas de desemprego, perda de direitos trabalhistas e desigualdades entre homens e mulheres. Elas sofrem, por exemplo, com diferenças salariais, com preconceitos em relação às suas habilidades e, também, com a percepção preconceituosa de que a gravidez é um empecilho para que sejam contratadas ou promovidas. No Brasil, como em outros países que foram colonizados, as desigualdades aprofundam-se ainda mais em relação às pessoas negras, que até os dias de hoje sofrem com as consequências da escravização.

ROTEIRO DE AULA

O TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES CAPITALISTA

Classes sociais no capitalismo

Essa forma de organização social está pautada na exploração entre classes: os burgueses ou capitalistas (proprietários dos meios de produção) exploram o proletariado ou assalariados (vendedores de força e de tempo de trabalho). A produção da riqueza no capitalismo depende da contratação de trabalhadores por determinado período de tempo, os quais recebem salários pela sua produção. Essa organização, segundo Marx, por estar no coração da produção na sociedade, é geradora de desigualdade social.

Mais-valia

Segundo Marx, o capitalismo inventou a legalidade jurídica de expropriação, pelo contratante (burguês), de maior parte do resultado do trabalho daquele que realmente fez a transformação da matéria-prima em produto (proletário). Este valor expropriado é denominado mais-valia e, segundo Marx, é, na verdade, uma invenção jurídica e ideológica que justifica a exploração e a torna algo normal e natural.

Especialização do trabalho no capitalismo

A especialização, no capitalismo, teve como principal consequência tornar o trabalhador um apêndice das máquinas. Ele não controla o próprio tempo de trabalho, não interfere diretamente na decisão sobre o objeto que irá produzir e desconhece a totalidade do processo de produção. O trabalho capitalista especializado torna o produto estranho ao operário, uma vez que não há relação de afeto dele para com o objeto produzido.

Karl Marx e o capitalismo

Max Weber e a estratificação social

Segundo Weber, a divisão da sociedade em grupos sociais depende de três fatores essenciais: a riqueza, o prestígio e o poder. No capitalismo, o primeiro relaciona-se, sobretudo, à posse de meios de produção necessários para a elevação da renda. O segundo, à adesão a características tidas como de prestígio, que podem ser a família de nascimento, o mérito, a propriedade de determinados bens, o exercício de determinadas profissões etc. O terceiro envolve a influência sobre outras pessoas, como ocupar cargos políticos e associar-se a partidos políticos.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. **UEM-PR** – Sobre as relações entre trabalho e sociedade, é correto afirmar que

- 01) o avanço do capitalismo gerou, principalmente nos países sul-americanos, africanos e asiáticos, relações de trabalho caracterizadas pela estabilidade profissional, pela proteção dos direitos trabalhistas e pela redução do desemprego.
- 02) as relações de trabalho, por serem atividades humanas, não podem ser organizadas por meio de princípios científicos.
- 04) o que permite a produção industrial em massa é sua produção direcionada a um consumidor que não se distingue por faixas etárias, sexo ou estilo de vida.
- 08) o sistema produtivo baseado em princípios de flexibilidade e de multifuncionalidade substituiu, nas primeiras décadas do século XXI, as formas de trabalho rural e industrial caracterizadas pelas atividades pré-estruturadas e repetitivas.
- 16) as relações de trabalho são reguladas por um conjunto de leis e de normas sociais que estabelece os princípios de compra e venda da força de trabalho.

Dê a soma da(s) alternativa(s) correta(s).

20 (04 + 16)

O conceito de trabalho e suas relações dependem de cada sociedade, suas criações simbólicas, suas normas para organização da força de trabalho e das posses dos meios de produção. A sociedade industrial é caracterizada, entre outros fatores, por não diferenciar seus consumidores, mas vender a todos que possuem dinheiro para comprar.

2. **UEG-GO (adaptado)** – A letra da música “Reengenharia”, de Itamar Assumpção, aponta para um determinado período da sociedade moderna, o qual é denominado como regime de acumulação “flexível”, regime de acumulação “integral”, globalização, hipermodernidade, entre outros nomes. Veja alguns versos:

“É só jogar no lixo o que não precisa.”

“Meu bem não vejo a hora de fazer economia de escala.”

“Vai ser legal ser moderno aqui no meio do inferno.”

Essa fase da sociedade moderna apresenta as seguintes características:

- a) fordismo, produção em massa, sistema de crédito, consumismo, intervencionismo estatal.
- b) taylorismo, cientificismo, democracia liberal, ideologia do trabalho, economia de escala.
- c) capitalismo financeiro, competição desenfreada, imoralismo, intervencionismo estatal.
- d) estado mínimo e forte, redução de gastos, modernismo, niilismo, modelo chinês.
- e) globalização, neoliberalismo e redução de gastos, terceirização, pragmatismo.

A acumulação flexível consiste numa fase pós-fordista e pós-taylorista, com as seguintes características:

- redução de estoques com o sistema *just in time*;
- Estado mínimo (neoliberal), que favorece a privatização de empresas públicas, cortando gastos públicos;
- flexibilização das leis trabalhistas, incentivando a terceirização;
- globalização, com multinacionais que descentralizam a produção e a administração e conseguem baixos custos e vendagem a vários países.

3. **Enem**

C3-H12

A regulação das relações de trabalho compõe uma estrutura complexa, em que cada elemento se ajusta aos demais. A Justiça do Trabalho é apenas uma das peças dessa vasta engrenagem. A presença de representantes classistas na composição dos órgãos da Justiça do Trabalho é também resultante da montagem dessa regulação. O poder normativo também reflete essa característica. Instituída pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho só vicejou no ambiente político do Estado Novo instaurado em 1937.

(ROMITA, A. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.)

A criação da referida instituição estatal na conjuntura histórica abordada teve por objetivo

- a) legitimar os protestos fabris.
- b) ordenar os conflitos laborais.
- c) oficializar os sindicatos plurais.
- d) assegurar os princípios liberais.
- e) unificar os salários profissionais.

No capitalismo, desde a Revolução Industrial, o trabalho tem sido organizado com base na legislação elaborada pelo Estado. No Brasil, a Justiça do Trabalho foi criada por Getúlio Vargas, durante a industrialização nacional.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

4. **UEL-PR** – Analise a figura e leia o texto a seguir.



THOMAS LUKASSEK / DREAMSTIME.COM

Estou sentada nos ombros de um homem
Ele está afundando sob o fardo (peso)
Eu faria qualquer coisa para ajudá-lo
Exceto descer de suas costas

(Disponível em: <<http://www.aidoh.dk/new-struct/About-JensGalschiot/CV-GB-PT.pdf>>. Acesso em: set. 2017.)

Com a obra intitulada *A sobrevivência dos mais gordos*, Jens Galschiot (2002) aborda o tema da injustiça, uma questão constitutiva da vida social de difícil solução, como indica o texto que acompanha a obra. O entendimento que uma sociedade produz sobre o que se considera justo e injusto está fundado em padrões de valoração a respeito da conduta dos indivíduos e dos objetivos comuns da coletividade, bem como em sua estrutura social. Pode-se considerar que uma das expressões da justiça ou injustiça é a estratificação social, objeto de estudo de Max Weber. Segundo o autor, na sociedade moderna ocidental, a estratificação social é

- a) estruturada fundamentalmente na base econômica da sociedade, que subordina as esferas política, jurídica e ideológica de modo a perpetuar a exploração da classe dominante sobre a dominada.
- b) formada pelas dimensões econômica, política e ideológica, as quais estabelecem entre si relações necessárias que devem ser desvendadas com a descoberta de suas leis gerais invariáveis.
- c) constituída em três dimensões, a econômica, a política e a social, sendo que suas possíveis afinidades eletivas devem ser analisadas à luz de cada especificidade histórica em questão.
- d) composta por múltiplas dimensões, sendo a cultura a determinante para a compreensão totalizante dos processos históricos de desenvolvimento econômico no Ocidente.
- e) estabelecida pela moral social, a qual situa o posicionamento dos indivíduos de acordo com os papéis sociais por eles cumpridos, tendo em vista o melhor desempenho das funções necessárias à sociedade.

Segundo Max Weber, não há uma infraestrutura que de antemão determine superestruturas sociais, nem a preponderância da esfera econômica sobre a cultura e a política, como afirma a teoria marxiana. Também não há "leis sociais gerais" a serem descobertas, como defende o Positivismo. Há, em contrapartida, segundo a sociologia compreensiva weberiana, três dimensões mutuamente determinantes: a econômica, a política e a social. Esses fatores têm o mesmo grau de importância na determinação da estratificação social, mas, geralmente, em cada época histórica, alguma delas assume maior papel de relevância. Portanto, é necessário fazer uma análise específica de cada sociedade.

5. Unicentro-PR – Sobre o pensamento de Karl Marx, considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O materialismo histórico é uma teoria marxista, na qual se atribui a explicação de toda a história das relações humanas por meio de fatos materiais.
- II. Para Marx, a classe trabalhadora é alienada, pois não percebe os mecanismos de sua exploração, é acrítica e passiva. Marx foi um grande defensor da formação da consciência da classe trabalhadora.
- III. Para Marx, a evolução histórica, independentemente de em qual época se estivesse, ocorria por causa de confrontos entre classes sociais, geralmente, cujo motivo era o que Marx chamava de "exploração do homem pelo homem". Indivíduos esqueciam-se de que eram todos seres humanos com direitos e deveres, para explorarem ao máximo aqueles que lhes fossem "inferiores" de seu ponto de vista.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

O materialismo histórico marxiano apenas admite explicações materiais (históricas) e não idealistas (como religiões, espiritualismos ou supostas naturezas humanas). Ao observar a história das sociedades europeias e sua constante exploração entre classes, e deter-se especialmente no capitalismo, concluiu que o sistema de exploração tem o poder de alienar a classe explorada, que acaba não tendo consciência da exploração que sofre.

6. UEL-PR

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana. A produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual tem se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as ideias artísticas. A descoberta da mais-valia clarificou estes problemas.

(ENGELS, F. Discurso diante do túmulo de Marx (1883). Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/83-tumba.htm>>. Acesso em: mar. 2019. Adaptado.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção materialista da história, assinale a alternativa correta.

- a) Existem leis gerais e invariáveis na história, que fazem a vida social retornar continuamente ao ponto de partida, isto é, a uma forma idêntica de exploração do homem sobre o homem.
- b) A mais-valia, ou seja, uma maneira mais eficaz de os proprietários lucrarem por meio da venda dos produtos acima de seus preços, é uma manifestação típica da sociedade capitalista e do mundo moderno.
- c) O darwinismo social é a base da concepção materialista da história na medida em que esta teoria demonstra cientificamente que somente os mais aptos podem sobreviver e dominar, sendo os capitalistas um exemplo.
- d) A partir de intercâmbios na infraestrutura da vida social, desenvolve-se um conjunto de relações que passam a integrar o campo da superestrutura, com uma interdependência necessária entre elas.
- e) A sociedade burguesa, por intensificar a exploração dos homens através do trabalho assalariado, constitui-se em forma de organização social menos desenvolvida que as anteriores.

Karl Marx caracteriza a economia como a estrutura central na determinação das sociedades. O modo como nos relacionamos para produzir os bens necessários para nossa existência influencia o modo como criamos ideias, culturas, religiões, sistemas jurídicos e as demais formas que definem a vida em sociedade. No capitalismo, a relação capital/trabalho e a exploração entre classes são elementos fundamentais para a determinação das consciências sociais, da cultura e da política. Nesse elo indissociável entre infraestrutura e superestruturas, estas passam também a influenciar aquela, que ocupa papel fundante e essencial.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Unicentro-PR – Com base nos conhecimentos da sociologia de Karl Marx sobre a relação entre existência e consciência, assinale a alternativa correta.

- a) A existência e a consciência compõem um amplo e complexo sistema de ações sociais orientado por valores relacionados afins.
- b) A finalidade da consciência de uma época é possibilitar a existência de consenso e harmonia entre indivíduos e grupos.
- c) A produção da consciência é determinada por motivos puramente políticos em razão dos confrontos ideológicos.
- d) As condições materiais de existência constituem ao mesmo tempo a história da sociedade e os fundamentos da consciência social.
- e) O processo de estruturação da consciência é determinado pelas motivações individuais que compõem as representações sociais.

8. Enem

C3-H15

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade.

(BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986. Adaptado.)

O texto apresenta uma interpretação da modernidade que a caracteriza como um(a)

- a) dinâmica social contraditória.
- b) interação coletiva harmônica.
- c) fenômeno econômico estável.
- d) sistema internacional decadente.
- e) processo histórico homogeneizador.

9. Unicentro-PR – Leia o texto a seguir.

Marx, ao analisar as origens da acumulação capitalista e a emergência do Estado moderno, considerou fundamental o que chamou de acumulação primitiva quando a “burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência”. Ainda sobre a atuação da burguesia na passagem do sistema de manufatura ao fabril, ressaltou a soberania política por ela conquistada junto ao Estado representativo moderno, transformando-o numa junta administrativa dos seus negócios e interesses.

(MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. L. 1. v. 2. p. 854-855; MARX, K. et al. *O manifesto comunista 150 anos depois*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 29-39. Adaptados.)

Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a concepção de Estado moderno, em Marx.

- a) Um poder político que corresponde ao poder de uma determinada classe, cujos interesses, por vezes, confundem-se com seus próprios interesses.
- b) Um poder político que expressa os próprios interesses, sem qualquer submissão aos interesses de classe e às disputas existentes na sociedade civil.
- c) Um poder político que expressa o direito positivo decorrente de um contrato justificado pela lei da natureza e acima dos conflitos e interesses particularistas.
- d) Um poder político, expressão de oposição ao estado de natureza, que se torna a garantia da igualdade e da liberdade reguladas.
- e) Um poder político, um agrupamento de dominação institucional que procura monopolizar, nos limites de um território, o uso legítimo da violência física.

10. Unicentro-PR – Na atualidade, existe um processo amplo de mudanças que está deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. As nações modernas são, todas, híbridos culturais. Com base nos conhecimentos socioantropológicos sobre cultura e identidade na contemporaneidade, considere as afirmativas a seguir.

- I. A permanente construção de identidades individuais e sociais decorre da dinamicidade das estruturas culturais de referência.
- II. As motivações pessoais são responsáveis pela permanência e integração dos sistemas coletivos de referências culturais.
- III. Os diferentes grupos sociais apresentam identidades culturais unificadas, completas e coerentes.
- IV. Os sistemas de identificação, significação e representação cultural são múltiplos, provisórios e transitórios.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

11. UNESP

A divisão capitalista do trabalho – caracterizada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith – foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercante.

(MARGLIN, S. In: GORZ, A. (org.). *Crítica da divisão do trabalho*, 1980.)

Ao analisar o surgimento do sistema de fábrica, o texto destaca

- a) o maior equilíbrio social provocado pelas melhorias nos salários e nas condições de trabalho.
- b) o melhor aproveitamento do tempo de trabalho e a autogestão da empresa pelos trabalhadores.

- c) o desenvolvimento tecnológico como fator determinante para o aumento da capacidade produtiva.
- d) a ampliação da capacidade produtiva como justificativa para a supressão de cargos diretivos na organização do trabalho.
- e) a importância do parcelamento de tarefas e o estabelecimento de uma hierarquia no processo produtivo.

12. Enem

C4-H18

(THAVES, *Jornal do Brasil*, 1997. Adaptado.)

A forma de organização interna da indústria citada gera a seguinte consequência para a mão de obra nela inserida:

- a) Ampliação da jornada diária.
- b) Melhoria da qualidade do trabalho.
- c) Instabilidade nos cargos ocupados.
- d) Eficiência na prevenção de acidentes.
- e) Desconhecimento das etapas produtivas.

13. Unioeste-PR

“I. Burgueses e proletários. A história de todas as sociedades até hoje existente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em conflito.”

(MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 40.)

Assinale a alternativa correta: para Karl Marx (1818-1883), como se originam as classes sociais?

- a) As classes sociais se originam da divisão entre governantes e governados.
- b) As classes sociais se originam da divisão entre os sexos.
- c) As classes sociais se originam da divisão entre as gerações.
- d) As classes sociais se originam da divisão do trabalho.
- e) As classes sociais se originam da divisão das riquezas.

14. UEM-PR – Sobre os temas poder, política e dominação, assinale o que for correto.

- 01) Para Weber, a política existe para eliminar as relações de dominação e de obediência entre os grupos sociais.
- 02) Para Durkheim, o fim das estruturas políticas é a melhor maneira de controlar os impulsos individuais e de evitar os processos de corrupção.
- 04) A análise histórica e sociológica dos movimentos sociais indica que as conquistas não decorrem da luta política. As relações de conflito são expressões de guerra, portanto, opostas aos avanços sociais.
- 08) Para Weber, a política pode ser definida como a luta por participar do poder ou por influenciar sua repartição, seja entre Estados; seja na relação entre indivíduos.
- 16) Para Rousseau, a noção de contrato social é o fundamento do Estado moderno.

Dê a soma da(s) alternativa(s) correta(s).

15. Unicentro-PR – Leia o texto a seguir.

Uma conduta plural – de várias pessoas – que, pelo sentido que encerra, se apresenta como reciprocamente referida, orientando-se por essa reciprocidade.

(CASTRO, A.; DIAS, E. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975. p.119.)

Com base nos conhecimentos sobre a teoria sociológica de Max Weber, assinale a alternativa que nomeia, corretamente, o conceito explicitado pelo texto.

- a) Consciência coletiva.
- b) Consciência individual.
- c) Classe social.
- d) Estrutura social.
- e) Relação social.

16. UNESP

Defendo a liberdade de expressão irrestrita, mesmo depois desse trágico evento em que os cartunistas do jornal satírico *Charlie Hebdo* foram mortos, além de outras pessoas em um mercado *kosher*, em Paris. [...] Sou intransigente no que diz respeito à liberdade de expressão de cada um: e sou ainda mais intransigente quando matam em nome de Alá, de Maomé, de Cristo, de comunismo, de nazismo, de fascismo etc. Caricaturar nunca é crime. Caneta e lápis não matam. Exageram, humilham, fazem rir, mas não matam.

(THOMAS, Gerald. Quem ri por último ri melhor. *Folha de S.Paulo*, jan. 2015.)

O argumento defendido no texto está baseado na

- a) valorização do caráter absoluto de todo tipo de simbologia teológica e religiosa.
- b) primazia de princípios originalmente burgueses e liberais no campo da cultura.
- c) utopia comunista da igualdade econômica e da liberdade de expressão.
- d) depreciação do livre-arbítrio, em favor de uma concepção totalitária de mundo.
- e) defesa intransigente de restrições para o exercício da autonomia de pensamento.

17. Unicentro-PR – São considerados representantes do estudo da cultura de massa e da indústria cultural, exceto:

- a) Adorno
- b) Horkheimer
- c) Durkheim
- d) Hobbes
- e) Gramsci

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H11

A imagem da relação patrão-empregado geralmente veiculada pelas classes dominantes brasileiras na República Velha era de que esta relação se assemelhava em muitos aspectos à relação entre pais e filhos. O patrão era uma espécie de “juiz doméstico” que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar o seu patrão.

(CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp, 2001.)

No contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a construção da imagem descrita no texto tinha por objetivo

- a) esvaziar o conflito de uma relação baseada na desigualdade entre os indivíduos que dela participavam.
- b) driblar a lentidão da nascente Justiça do Trabalho, que não conseguia conter os conflitos cotidianos.
- c) separar os âmbitos público e privado na organização do trabalho para aumentar a eficiência dos funcionários.
- d) burlar a aplicação das leis trabalhistas conquistadas pelos operários nos primeiros governos civis do período republicano.
- e) compensar os prejuízos econômicos sofridos pelas elites em função da ausência de indenização pela libertação dos escravos.

19. Enem

C4-H18

TEXTO I

Cidadão

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
“Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?”

(BARBOSA, Lúcio. Cidadão. Intérprete: Zé Ramalho. In: *Zé Ramalho – 20 Super Sucessos*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. Fragmento.)

TEXTO II

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor.

(MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Adaptado.)

Com base nos textos, a relação entre trabalho e modo de produção capitalista é

- a) baseada na desvalorização do trabalho especializado e no aumento da demanda social por novos postos de emprego.
- b) fundada no crescimento proporcional entre o número de trabalhadores e o aumento da produção de bens e serviços.
- c) estruturada na distribuição equânime de renda e no declínio do capitalismo industrial e tecnocrata.
- d) instaurada a partir do fortalecimento da luta de classes e da criação da economia solidária.
- e) derivada do aumento da riqueza e da ampliação da exploração do trabalhador.

20. Enem**C3-H11****TEXTO I**

Dezenas de milhares de pessoas compareceram à maior manifestação anti-troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI), em Atenas, contra a austeridade e os cortes de gastos públicos aprovados neste domingo no parlamento grego.

(Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 8 nov. 2013.)

TEXTO II

As políticas de austeridade transferem o ônus econômico para as classes trabalhadoras. Para diminuir os prejuízos do capital financeiro, socializam as perdas entre as classes trabalhadoras. O capitalismo não foi capaz de integrar os trabalhadores e ao mesmo tempo protegê-los.

(Entrevista com Ruy Braga. *Revista IHU online*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: nov. 2013. Adaptado.)

Diante dos fatos e da análise apresentados, a política econômica e a demanda popular correlacionada encontram-se, respectivamente, em

- a) controle da dívida interna e implementação das regras patronais.
- b) afrouxamento da economia de mercado e superação da lógica individualista.
- c) aplicação de plano desenvolvimentista e afirmação das conquistas neoliberais.
- d) defesa dos interesses corporativos do capital e manutenção de direitos sociais.
- e) mudança na estrutura do sistema produtivo e democratização do acesso ao trabalho.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



APRESENTAÇÃO

Como disciplina escolar, a sociologia marca-se por idas e vindas ao currículo, abrindo reflexão acerca de como ela se situa nas relações de poder. No Brasil, a discussão sobre o ensino de sociologia começou no século XIX, quando Rui Barbosa propôs sua inserção na educação básica, ideia que se concretizou somente em 1931, por meio da reforma educacional Francisco Campos. Com o advento do Estado Novo, a sociologia perdeu espaço, mantendo-se apenas no processo de formação do magistério. No currículo escolar do regime militar, fragilizou-se a situação da sociologia e da filosofia, substituídas por organização social e política do Brasil e moral e cívica, considerando a opção de profissionalizar o ensino. A redemocratização reintroduziu as disciplinas de sociologia e filosofia, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), e a Lei 11.684 de 2008 tornou-as disciplinas permanentes em todo o Ensino Médio.

Compreender o contexto do nascimento da sociologia e seu papel na educação brasileira é fundamental para entender suas características gerais e específicas na escola. Consolidar a sociologia no Ensino Médio significa favorecer a ampliação do conhecimento, considerando ser ela uma forma de saber científico, como qualquer outra ciência, além de responder às necessidades do seu tempo. Uma das formas de instigar esse tipo de pensamento consiste em propiciar informações sistematizadas, com base em teorias e pesquisas que esclarecem questões sócio-históricas. Seus objetos são o conhecimento e a explicação da sociedade pelas diversas formas como os seres humanos a construíram, além das consequências dessa construção e seu impacto nas relações sociais, com apoio principalmente dos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos.

Diante do exposto, o material de pré-vestibular 2019 contempla assuntos fundamentais das teorias sociológicas, vinculados, obviamente, às discussões comuns à realidade dos jovens, a fim de envolvê-los na participação social. Em grande medida, abordamos temas relevantes nas três grandes áreas das ciências sociais: sociologia, antropologia e ciência política. Assim possibilitamos ampla visão das relações entre indivíduo e sociedade, cultura e política. O projeto compõe-se de sistematização teórica (concepções clássicas e contemporâneas), exercícios de aplicação de diversos níveis envolvendo conteúdos exigidos nos vestibulares e no Enem, além de facilitadores para aprofundamento do tema, como indicações bibliográficas e audiovisuais.

A forma interdisciplinar das provas de vestibular em diversas regiões do Brasil e do Enem pressupõe prévio conhecimento de sociologia, pois a elaboração das redações propostas exige, em grande medida, interpretação de texto e determinado entendimento sociológico, principalmente da estrutura brasileira. O material que elaboramos desenvolve reflexão e conhecimento conceitual a respeito de temas e teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. O papel da sociologia, principalmente no Ensino Médio, está essencialmente ligado ao pensamento crítico e à formação humana, implicando a desconstrução de preconceitos e determinismos.

CONTEÚDO

SOCIOLOGIA 1

Volume	Módulo	Conteúdo
2	5	Estado e política: Das teorias clássicas às contemporâneas e o Brasil
	6	O trabalho nas sociedades de classes e no capitalismo

Comentários sobre o módulo

O que é política? Qual é a relação do Estado com a sociedade? Essas duas questões sintetizam o que vamos estudar neste módulo. Primeiro, veremos a origem do conceito de política e, depois, vamos observar como, ao longo da história, esse conceito sofreu variações durante a Idade Média e na Idade Moderna.

Estudaremos a formação do Estado democrático e da ideia de cidadania, que se universaliza após o Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. É durante a formação do Estado que surge ainda a seguinte questão: o Estado deve interferir na economia? A partir disso, estudaremos o Estado mínimo e o Estado de bem-estar social para compreendermos melhor as bases da nossa política atual.

Como se define o Estado e a política na atualidade? Qual a formação e a caracterização atual do Estado brasileiro? O que são movimentos sociais? Essas são as questões que norteiam os nossos estudos neste módulo. Abordaremos como o Estado brasileiro se define, enquanto Estado democrático de direito, com direitos políticos, civis e sociais. Estudaremos também alguns fatores, como o patrimonialismo, o autoritarismo, a corrupção e as desigualdades sociais, que fazem com que o país não tenha uma democracia plena.

Para ir além

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- Obra que aborda o conceito de política ao longo da história. Define desde o poder e a política na Grécia Antiga até os autoritarismos do século XX e suas possibilidades de democracia.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

- Dicionário de referência sobre os principais conceitos de política, envolvendo Estado e poder.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- Obra sobre o conceito de política de Maquiavel.

BORON, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

- Obras referentes aos paradigmas de Estado interventor e Estado liberal, internacional e acerca do Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

- Obras sobre teorias de movimentos sociais e a formação da cidadania, especialmente a partir dos conceitos de direitos civis, políticos e sociais. Há abordagens internacionais e sobre o Brasil.

Exercícios propostos

7. C

Enquanto o liberalismo, em suas vertentes típicas dos séculos XVIII e XIX, defendia a intervenção do Estado em setores como educação, saúde e segurança, o neoliberalismo, a partir de 1970, defendeu a privatização até mesmo desses setores.

8. B

A letra da música expõe como o Estado autoritário é violento contra o corpo físico dos seus opositores e, ao mesmo tempo, contra suas ideias e liberdades.

9. E

O neoliberalismo, desde a década de 1970, tem se expandido concomitantemente à globalização. O Estado de bem-estar social, antes majoritário no mundo e caracterizado pela maior intervenção estatal na economia, tem perdido espaço para o Estado mínimo. Esse Estado neoliberal promove privatizações e concessões para a iniciativa privada, inclusive nas áreas de educação e saúde, mantendo, porém, a intervenção na segurança. Portanto, apesar de no Estado mínimo ocorrer intervenção estatal em nome da segurança nacional e de uma suposta identidade nacional, há, na verdade, o estabelecimento de normas rígidas para controle da imigração.

10. C

Os Estados absolutistas, sem instrumentos políticos de consulta pública e com uso do aparato estatal para repressão de opositores, concentravam os poderes políticos integralmente na figura dos monarcas. O Estado era utilizado para atender aos interesses privados da família real, ao mesmo tempo em que concedia questões de interesse público para apaziguamento de revoltas.

11. B

Como exposto no trecho, Habermas defende uma cidadania ativa que permita aos cidadãos debaterem as questões públicas administradas pelo Estado, por meio de canais para livre expressão dos cidadãos. Assim, pode-se incluir nas decisões estatais as heterogeneidades presentes na população e, enfim, promover maior inclusão social.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

12. D

Segundo a Constituição de 1988, todos os cidadãos e cidadãs têm direito à moradia. Portanto, é função do Estado zelar para que todos possam, em igualdade, adquiri-la. O MTST reivindica esse direito ao protestar para que o governo cumpra essa sua função social.

13. B

Os movimentos sociais contemporâneos distinguem-se dos movimentos sindicais e políticos do século XIX e da primeira metade do século XX porque não são necessariamente da ordem da relação capital/trabalho (referente à luta de classes) ou unidos por uma ideologia política (por exemplo: capitalismo ou comunismo). Atualmente, há grupos com demandas já tradicionais e que perduram em suas lutas, como o movimento negro e o feminista. Por outro lado, há grupos formados, por exemplo, em bairros, com reivindicações diversas em relação a seus locais de moradia, e outros organizados para fins específicos, como os grupos de estudantes pleiteando a redução do preço de passes de ônibus. Muitos desses grupos são formados por pessoas que unem-se momentaneamente ao redor de pautas comuns, geralmente de causas que não são duradouras, e sem necessariamente terem uma ideologia em comum.

14. C

Bauman aborda o nascimento do Estado moderno vinculado ao sentimento do povo de pertencimento a uma identidade nacional. Nascido após a queda do feudalismo, foi necessário um intenso movimento ideológico e coercitivo para convencer o povo de que suas identidades estavam vinculadas ao fato de pertencerem a um Estado-nação. Isso favoreceu a subordinação da população e a estabilidade do Estado. Atualmente, a identidade não

se limita ao Estado nacional, já que os movimentos sociais demonstram e afirmam identidades vinculadas a outros fatores.

15. C

O artigo aborda o direito dos indígenas de viverem conforme suas culturas. Essa conquista é típica dos movimentos sociais contemporâneos, que lutam por suas identidades culturais. O movimento indígena brasileiro do século XX garantiu que representantes dos povos indígenas participassem da Assembleia Constituinte de 1987-1988, quando foram aprovadas leis para que o Estado atuasse pela preservação e defesa de suas culturas.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

16. D

A cidadania ativa, conceito fundamental das democracias contemporâneas, engloba os amplos direitos políticos, como o direito ao voto, à candidatura a cargos públicos, ao protesto e à participação em movimentos sociais. Esses direitos devem ser universais, ou seja, concernentes a toda população brasileira, sem discriminação por gênero, cor, orientação sexual e classe social.

17. A

Por direitos sociais entende-se aqueles que buscam garantir a boa qualidade de vida, como educação, saúde, moradia e direitos trabalhistas.

Estudo para o Enem

18. E

O Iluminismo, que influenciou a Revolução Francesa, propôs que os cidadãos fossem iguais perante a lei. Foi fundamental para o fim dos privilégios das classes dominantes, como a nobreza e o clero. Foi, também, fundamental para a concepção do Estado como entidade laica e voltada para o bem-estar da população.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

19. A

Do excerto, podemos destacar a ideia da sociedade autossuficiente, voltada para o bem comum, que reconheça as regras para a boa convivência e cuja justiça derive de uma concepção pública. Essas características são basilares do liberalismo, que defende a autonomia dos cidadãos perante o Estado, em vez da submissão a poderes centralizados.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

20. B

No processo de redemocratização, os movimentos sociais foram classificados como parte dos direitos políticos dos cidadãos. Os debates, manifestações e protestos mobilizados por eles ampliaram a participação política da população para além do voto, promovendo a cidadania ativa.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

6 O TRABALHO NAS SOCIEDADES DE CLASSES E NO CAPITALISMO

Comentários sobre o módulo

O que é trabalho? Seu conceito mudou ao longo do tempo? Neste módulo, abordaremos como a sociologia tem compreendido o trabalho, que é um de seus principais objetos. Estudaremos suas variações ao longo da história da sociedade ocidental e, também, como a sociologia, em associação com a filosofia, tem buscado propor significados para esse conceito.

O que é trabalho no capitalismo? Como o trabalho pode afetar nossa vida? Neste módulo, estudaremos essas e outras questões relacionadas ao trabalho segundo as ideias de Karl Marx e Max Weber. Serão abordadas, portanto, as noções de riqueza, *status* e poder, a relação entre burgueses e proletariado e as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

Para ir além

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

- Obra clássica do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes que apresenta uma interpretação do mundo do trabalho após a industrialização e durante a pós-industrialização.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- Dicionário de referência dos conceitos marxistas, que baseiam as análises sobre o mundo do trabalho.

WEINSTEIN, B. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000.

- Obra de referência sobre o processo de industrialização brasileiro nas perspectivas do empresariado e dos trabalhadores.

ZANETTI, A.; VARGAS, J. *Taylorismo e fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho (1920-1940)*. São Paulo: Humanitas, 2007.

- Obra clássica sobre o fordismo e o taylorismo no Brasil, tratando especialmente da indústria de São Paulo e suas influências no território brasileiro. Enfoca a formação do espírito do trabalhador brasileiro.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- Obra de apresentação dos principais teóricos fundadores da sociologia. Explicativa, concisa e precisa, é uma referência para estudar e comparar os dois sociólogos principais deste módulo, Marx e Weber.

COHN, Gabriel. (Org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 2003.

- Coletânea de textos de Max Weber. Contém uma introdução escrita pelo organizador da obra, professor Gabriel Cohn, na qual se explicam os principais conceitos weberianos.

MARX, Karl. *O capital: Livro 1*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

- Obra clássica de Karl Marx que apresenta de forma clara e precisa os principais conceitos estudados neste módulo.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- Coleção de textos do sociólogo Max Weber. Apesar de extensa, é uma obra sintética e explicativa porque apresenta uma série de textos referentes à heterogeneidade do pensamento weberiano.

Exercícios propostos

7. D

Segundo Marx, a consciência depende da vida material, sendo o trabalho parte dela. Para ele, não é o individualismo, a vida idealizada (como a religiosa) ou determinado aspecto da natureza humana que podem conduzir o pensamento e as sociedades como um todo.

8. A

Na modernidade predominantemente capitalista e liberal, no plano do discurso defende-se amplamente a liberdade dos indivíduos para escolherem seus empregos e trabalharem com aquilo que desejam, o que faz com que pessoas diversas entre si compartilhem os mesmos espaços. Porém, ao mesmo tempo que existe o discurso de unidade, é possível perceber uma ampla desigualdade social, ainda operante e crescente nas últimas décadas, ou seja, uma “desunidade” da sociedade.

9. A

Segundo Marx, o Estado é apropriado pela classe dominante, que tem mais poder para fazer com que ele atenda aos seus interesses. Isso gera desigualdade social, afinal, os interesses da burguesia são antagônicos aos da classe dominada.

10. B

A identidade social depende das normas sociais e culturais de cada sociedade. Elas não são fixas, mas reinventáveis conforme a dinâmica histórica das próprias sociedades. Como podemos perce-

ber na nossa sociedade, os diferentes grupos sociais podem apresentar identidades antagônicas, o que pode gerar violência entre eles.

11. E

O texto refere-se ao empresário, burguês, como um coordenador ou administrador. Especialmente a partir do taylorismo-fordismo, ocorreu uma especialização das funções dos trabalhadores para que produzissem mais em menos tempo e com menor custo. O burguês, hierarquicamente superior aos operários, tinha a função de coordenar essa divisão das tarefas, controlando-os.

12. E

A imagem representa o sistema taylorista-fordista e sua característica de especialização excessiva do trabalho, que tem como consequência a alienação do trabalhador, que acaba fazendo apenas a sua tarefa, sem a mínima noção das outras etapas da produção ou do produto final.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

13. D

Segundo Marx, as classes sociais derivam da forma com a qual se organiza a divisão do trabalho na sociedade: os proprietários dos meios de produção, os executores da força de trabalho, a repartição dos produtos e a dedicação de tempo para trabalho intelectual e braçal etc. A partir da divisão do trabalho e das classes sociais, gera-se a igualdade ou a desigualdade social.

14. 24 (08 + 16)

Segundo Weber, a política é um dos fatores que criam distinções entre as pessoas, ajudando a formar estratificações sociais, estamentos ou classes sociais. Portanto, a política, enquanto luta pela conquista de poder e participação na determinação da vida em sociedade, não elimina as relações de dominação e de obediência entre os grupos sociais. Sobre os movimentos sociais, a análise histórica e sociológica mostra, na verdade, que é graças à luta política que muitos direitos foram conquistados: a abolição da escravidão, a igualdade jurídica para mulheres, o sufrágio universal etc. As relações de conflito são necessárias para que haja avanços sociais, evitando-se que injustiças já normalizadas continuem a existir. Em relação a Durkheim, o sociólogo defendeu que as

paixões e os instintos humanos são regulados justamente pelas normas sociais, que indicam como o sujeito deve se comportar em determinadas circunstâncias – e a estrutura política faz parte desse sistema que controla os impulsos individuais.

15. E

A relação social é a interação entre ações sociais de pessoas com objetivos que orientam tais ações. Ao mesmo tempo que há interação, há reorientação de ações e pensamentos mediante tal interação.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

16. B

Uma das características do capitalismo é sua defesa da liberdade de expressão na democracia. Desde a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que originaram o liberalismo e o capitalismo, sistemas dominantes até a atualidade, defenderam-se as liberdades individuais.

17. D

Hobbes é um filósofo contratualista, que estudou o poder absolutista como forma de governo. Além disso, viveu entre os séculos XVI e XVII, quando ainda não existia Indústria Cultural, fenômeno que surge a partir do capitalismo.

Estudo para o Enem

18. A

No trecho, que relata as relações de trabalho após o período de escravidão, com a introdução da mão de obra assalariada no Brasil, podemos perceber uma espécie de afeto e de zelo do patrão para com o empregado, numa relação paternalista que mascara o antagonismo entre ambos. Um problema típico decorrente dessa relação é a minimização do conflito de classes e, como consequência, a ausência de reivindicações e protestos por parte da classe trabalhadora, que marcaram o século XX.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. E

Os textos mostram o aumento da exploração da classe trabalhadora e o aumento da riqueza concentrada pela classe exploradora. Segundo Marx, o capitalismo tem como fundamento a divisão entre burguesia (proprietários dos meios de produção) e proletariado (assalariados que vendem força e tempo de trabalho), sendo a geração de riqueza dependente da relação de exploração.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

20. D

Podemos perceber, em ambos os textos, como o Estado é objeto da luta de classes. De um lado, a elite capitalista o utiliza para atender aos seus interesses. Por outro lado, a classe trabalhadora recorre ao Estado para conquistar direitos trabalhistas e sociais. No caso dos textos citados, houve favorecimento das grandes empresas e transferências de custos aos trabalhadores.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

2



www.dombosco.com.br



701625382